

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO AGROPECUÁRIO
NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADOS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA -
AMAZÔNIA ORIENTAL
CURSO DE MESTRADO EM AGRICULTURAS FAMILIARES E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

EDUARDO ANDRÉ RISUENHO LAUANDE

**AGRICULTORES FAMILIARES E A EDUCAÇÃO DE JOVENS
E ADULTOS EM MOCAJUBA/PA.**

Belém-Pará-Brasil
Fevereiro de 2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO AGROPECUÁRIO
NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADOS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA –
AMAZÔNIA ORIENTAL
CURSO DE MESTRADO EM AGRICULTURAS FAMILIARES E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

EDUARDO ANDRE RISUENHO LAUANDE

**AGRICULTORES FAMILIARES E A EDUCAÇÃO DE JOVENS
E ADULTOS EM MOCAJUBA/PA.**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal do Pará e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientador:
Profº. Doutor Orlando Nobre Bezerra Souza (UFPA).

Ficha Catalográfica:

LAUANDE, Eduardo.

AGRICULTORES FAMILIARES E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
EM MOCAJUBA/PA – PA / Belém, 2006.

270 f. : il.

Dissertação (mestrado) – UFPA/EMBRAPA/NEAF.

1. Agricultura familiar – Mocajuba (PA). 2. Educação Rural. 3. Educação de
Jovens e Adultos. I. Títulos.

CDD: 630.98115.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO AGROPECUÁRIO
NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADOS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA –
AMAZÔNIA ORIENTAL
CURSO DE MESTRADO EM AGRICULTURAS FAMILIARES E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

EDUARDO ANDRÉ RISUENHO LAUANDE

**AGRICULTORES FAMILIARES E A EDUCAÇÃO DE JOVENS
E ADULTOS EM MOCAJUBA/PA.**

Dissertação apresentada no Mestrado de Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal do Pará e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Data: 03/02/2006

Banca Examinadora:

Orlando Nobre Bezerra Souza
Professor Doutor - UFPA

Janari da Silva Pedroso
Professor Doutor - UFPA

Roberto Araújo de Oliveira Santos Júnior
Doutor Pesquisador do Museu P. Emilio Goeldi

“Tudo o que é sólido se desmancha no ar”.
“De nada valem as idéias sem homens que possam pô-las em prática”.
Karl Marx

Aos homens da minha vida:
Salim Lauande Netto e Marcelo Risuenho Lauande

AGRADECIMENTOS.

Às apaixonantes mulheres da minha vida (ordem de chegada): Maria das Graças Risuenho Lauande e Débora Dantas do Amaral Lauande.

Aos meus eternos e luminosos irmãos de sangue (ordem de chegada): Flávio Risuenho Lauande e Milene Risuenho Lauande.

Aos meus eternos e luminosos filhos afilhados (ordem de chegada): Fábio Risuenho de Castro Leão, Carlos Eduardo Salim Lauande Farias e Lia Torres do Amaral.

Aos meus eternos e luminosos irmãos de paixão (*ordem alfabética*): Aldo da Conceição Silva Serrão; Ana Cristina Soares Lauande; Antônio Carlos Monteiro; Arnaldo Jordy Figueiredo; Augusto César Vieira Burlamaqui; Beatriz Dantas do Amaral (*in memorian*); Carmem Paula do Amaral; Clélia Carvalho Lauande; Dario Dantas do Amaral; David Ferreira Carvalho; Demétrio Dantas do Amaral; Denise Torres do Amaral; Dione Dantas do Amaral; Diógenes Dantas do Amaral; Edson Matos Junior; Elizabeth Oliveira Lauande, Fauze Melim Lauande (*in memorian*); Ima Célia Guimarães Vieira; Ismael Barbosa Ramos; Janari da Silva Pedroso; João Henrique de Castro Leão; Jorge Luiz Silva (Lula); Jose Maria Platilha (*in memorian*); José Maria Quadros de Alencar; Leandro Vale Ferreira; Manoel Barbosa do Amaral; Marçal Marcelino Netto; Marcos Dantas do Amaral; Maria de Lourdes Lauande Monteiro; Maria do Socorro Amaral Ramos; Maria Leonor Nascimento; Melquesedeque Alves Filho; Odeise Lisboa Risuenho; Onely Risuenho Leão; Peter Mann Toledo; Rafael Paiva Salomão; Raimundo Carlos Moares Farias; Reinaldo Braun; Samuel Soares Almeida; Sebastião Lúcio de Oliveira; Ulisses Galatti.

Aos meus eternos e luminosos sobrinhos (ordem de chegada): Marília Amaral Soares; Ana Carolina Soares Lauande; Marcele Carvalho Lauande; Calil Torres do Amaral; Daniel Ramos Amaral; Maria Clara Amaral; Livia Amaral Ramos; Bianca de Paula Amaral; Luiza Lauande Moraes.

Aos meus amigos de UFPA/NEAF: Ana Paula dos Santos Garcia; Ana Paula Santos de Souza; Barto Monteiro Lopes Delma Pessanha Neves Dulcilene Alves de Castro; Elizabeth Cristina Tavares Raiol; Fabiano de Oliveira Bringel; Gutemberg Diniz Guerra; Idelbergue Ferreira Araújo; Iran Veiga; José Sebastião Romano de Oliveira; José Sebastião Romano de Oliveira; Laura Angélica Ferreira; Loraine de Oliveira Lauris dos Santos; Maria de Nazaré Angelo-Menezes; Maria do Socorro Andrade Kato; Mônica de Oliveira Fragoso; Rosa de Souza Oliveira; Walter Paixão de Sousa.

Aos meus amigos do Museu Goeldi: Alcy Favacho; Altenir Sarmento; Ana Cristina Quaresma; Ana Nunes; Antonio Carlos Lobo; Benedita Barros; Camila Furtado; Carlos Vinícius, Denise Ramos; Edson Gomes; Joice Bispo Santos; Jorge Gavina; João Ubiratan (Bira); Juca Pezzuti; Lúcia Hussak; Marcelo Talhes; Maria Nazaré (Nazir); Marlia Coelho; Nil Vale; Roberto Araújo; Simone Martins; Socorro Andrade; Tereza Lobão; Tereza Prost.

Aos tantos amigos: Afonso Risuenho, Alcides Gomes, Alcides Bento de Oliveira, Alcione Beatriz, Aldaci Moares, Alexandre Porto, Alyda Sauer, Amaury Dantas, Ana Carla Mendonça, Augusto Barros, Beatriz Moares, Carla Lins, Carlos Hudson Alves, Carlos Cunha Ribeiro, Carlos Lopes, Carlos Maneschy, Carmem Lopes, Catarina Moares, Celso Lauande, Conceição Moares, Denise Simões, Edmilson Rodrigues, Edmir Monteiro, Élcio Risuenho, Fábio Ninon, Fátima Lauande, Fernando Camacho, Fernando Rei Ponçadilha, Florestan Fernandes (in memorian), Francisco Lobo Batista, Geni Gil Soares, Glória Souza, Helena Braga, Hélio Franco, Hélio Holdes, Hércules Côrrea, Ítalo Falesi, João Lúcio Mazini, João Salame, Justino Correa, Lauro Lino, Léslie Batista, Lígia Simonian, Luciano Gomes Peixoto, Lucielmo Pontes, Lúcio Flávio Pinto, Lúcio Nascimento, Luiz Laguna, Luiz Pires Filho, Luiz Risuenho Leão, Manfredo Ximenes, Manoel Alves, Marcelo Cunha, Márcia Risuenho, Marcos Ximenes, Margarete Costa, Marli Risuenho, Maurício Bezerra, Nely Miranda, Nilson Pinto, Nilton Silva, Permílio Pascoal Costa Filho, Rafael Furtado, Rafaela Lauande, Raimundo Jinkings (in memorian), Regina Risuenho, Reginaldo Ramos, Renato Camelo, Roberto Correa,

Roberto Freire, Roberto Lorchard, Romero Ximenes, Sá Pereira, Silvio Brasil, Waldir Cardoso, Walter Rocha, Wilian Gama, Wladimir Batista, Yanna Risuenho, Zuleide Ximenes.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS (I)

LISTAS DE SIGLAS (II)

RESUMO (V)

ABSTRACT (V)

1. OS DESAFIOS DA PESQUISA (01)

1.1- OBJETO, OBJETIVO E PROPOSTA DE TRABALHO (01).

1.2 - OS PORQUÊS (02)

1.3 - JUSTIFICATIVA: SITUAÇÕES-PROBLEMAS (03)

1.4 - CAMINHOS METODOLÓGICOS (06)

1.5 - AMOSTRAGEM E AS ENTREVISTAS (14)

1.6 - CAMPO EMPÍRICO E SITUAÇÃO DE CONTATO NA EJA DE MOCAJUBA (14)

1.7 - ORGANIZAÇÃO ESCRITA DA DISSERTAÇÃO (19)

2 - UNIVERSO RURAL E A AGRICULTURA RURAL: ENTRE TEMAS, CATEGORIAS E CONCEITOS (22).

2.1 - RURAL ENTRE CATEGORIAS CAMPONESA E A AGRICULTURA FAMILIAR (23)

2.2 - CLASSIFICAÇÕES ECONÔMICAS NA AGRICULTURA (29)

2.3 - AGRICULTURA FAMILIAR NO CONTEXTO LOCAL (38)

3 - APONTAMENTOS TEÓRICOS DA EDUCAÇÃO RURAL E A EJA EM MOCAJUBA (63)

3.1 - PERSPECTIVA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO RURAL NO BRASIL (63)

3.2 - PANORAMA ATUAL EDUCAÇÃO RURAL EM MOCAJUBA (100)

3.2.1 - A FALTA DE UMA CULTURA ESCOLAR RURAL (101)

3.2.2 - A DUALIDADE DO PODER PÚBLICO NA EDUCAÇÃO RURAL (103)

3.2.3 - AS DESIGUALDADES E DESQUALIFICAÇÕES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO RURAL (106).

3.2.4 - CLIENTELISMO POLÍTICO VERSUS MOVIMENTOS SOCIAIS (115)

3.2.5 - RENDIMENTO E CONHECIMENTO ESCOLAR NA ZONA RURAL (120)

3.3 - HISTÓRIA E AS METAS ORGANIZACIONAIS E PEDAGÓGICAS DA EJA (130)

3.3.1 - BREVE HISTÓRIA DA EJA (130)

3.3.2 - A LDB E A EJA (137)

3.3.3 - AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA EJA (152)

3.3.4 - ORIENTAÇÕES PARA ORGANIZAÇÃO DE CURSOS PRESENCIAIS DE EJA (156)

3.3.5 - DIRETRIZES PEDAGÓGICAS DO PROGRAMA DA EJA (162)

3.3.5.1 - VALORIZAÇÃO DOS CONHECIMENTOS E RESPEITO À DIVERSIDADE SÓCIO-CULTURAL DOS EDUCANDOS (162)

3.3.5.2 - ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR DO CURRÍCULO (164)

3.3.5.3 - FLEXIBILIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO ESCOLAR, DOS TEMPOS E ESPAÇOS DE APRENDIZAGEM (169).

3.3.5.4 - AVALIAÇÃO REFLEXIVA E FORMATIVA (171).

3.4. - AS DIMENSÕES POLÍTICA, TÉCNICA E HUMANA (171).

3.4.1 - DIMENSÕES DA EJA EM MOCAJUBA (172)

3.4.2- A DIDÁTICA: CRÍTICA ATUAL (175)

3.4.3 - A DIMENSÃO POLÍTICA (178)

3.4.4 - DIMENSÃO TÉCNICA (190)

3.4.5 - DIMENSÃO HUMANA (199)

3.4.6 - ARTICULAÇÃO DAS DIMENSÕES POLÍTICA, TÉCNICA E HUMANA (205).

4- APROXIMAÇÕES CONCLUSIVAS (215)

5- BIBLIOGRAFIA (222)

6- ANEXOS (242)

LISTA DE QUADROS

- **QUADRO 01** - PERFIL DOS AFE.
- **QUADRO 02** - PERFIL DAS LIDERANÇAS SINDICAIS E COMUNITÁRIAS.
- **QUADRO 03** - PERFIL DOS DOCENTES.
- **QUADRO 04** - ÁREA DE ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS: MOCAJUBA E PARÁ.
- **QUADRO 05** - EFICIÊNCIA POR SETOR DE ATIVIDADE DE TRABALHO PRINCIPAL – 2004.
- **QUADRO 06** - PROJETOS DE SAFS EM MOCAJUBA: 2000/2004.
- **QUADRO 07** - INVESTIMENTO DO FNO EM MOCAJUBA.
- **QUADRO 08** - TAXA ANALFABETO: BRASIL. PARÁ E MOCAJUBA.
- **QUADRO 09** - TAXA DE ANALFABETISMO POR FAIXA ETÁRIA.
- **QUADRO 10** - PROGRAMA EJA EM MOCAJUBA.
- **QUADRO 11** - REFERENCIAIS CURRICULARES DA EJA EM MOCAJUBA.
- **QUADRO 12** - MATRICULA DO ENSINO FUNDAMENTAL.
- **QUADRO 13** - ESCOLAS EM MOCAJUBA.
- **QUADRO 14** – OS DOCENTES EM MOCAJUBA.
- **QUADRO 15** - CARGA HORÁRIA DA EJA.

LISTAS DE SIGLAS

AFE – AGRICULTOR FAMILIAR ESTUDANTE

ANPED – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ASSEPLAN – ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

BASA – BANCO DA AMAZÔNIA

CAPES – COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

CBAR – COMISSÃO BRASILEIRA-AMERICANA DE EDUCAÇÃO DAS POPULAÇÕES RURAIS

CEB – CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

CEE/PA – CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PARÁ

CNE – CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

DCN - DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS

DIEESE - DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS

DMIE – DIVISÃO DE MICRO INFORMÁTICA E ESTATÍSTICA

DOE – DIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ

DOU – DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

EAD – EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA

EJA - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

EMATER/PA - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO PARÁ

EMBRAPA – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA E AGROPECUÁRIA

ENEM - EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO

FAO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO

FAT – FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

FNO - FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE

GESPAN - GESTÃO PARTICIPATIVA DE RECURSOS NATURAIS (ONG/PA).

IBGE – INSTITUTO NACIONAL DE GEOGRAFIA E PESQUISA

IES – INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS

LC – LEI COMPLEMENTAR

LDB – LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL

MA – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

MCP – MOVIMENTO DE CULTURA POPULAR

MEB – MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE

MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO

MOBRAL - MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO

MST – MOVIMENTO SEM TERRA

OGU – ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO

PNAD – PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS

PND – PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

PNE – PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

PRONAF – PROGRAMA NACIONAL DE AGRICULTURA FAMILIAR

PROVAP – PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DA PEQUENA PRODUÇÃO RURAL

PUC/MINAS – PONTIFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS.

SAFS – SISTEMAS AGROFLORESTAIS.

SEDUC – SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO PARÁ.

SEF – SECRETARIA DE ENSINO FUNDAMENTAL DO MEC.

SINTEPPP - SINDICATO DOS TRABALHADORES NA EDUCAÇÃO PÚBLICA DOS ESTADO DO PARÁ/ SECÇÃO MOCAJUBA.

UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA.

RESUMO

Esta dissertação trata de questões relacionadas à Educação Jovens e Adultos e à Educação Rural em Mocajuba/Pa, tomando como eixo principal os Agricultores Familiares Estudantes (AFE) mocajubenses. As questões centrais são: qual a construção histórica da EJA e da educação rural em Mocajuba? E qual o quadro atual da EJA oferecida aos estudantes e AFE na zona rural de Mocajuba? Para tanto, elegem-se como eixos privilegiados: 1) a pesquisa bibliográfica visando a apresentar a história e a conjuntura da agricultura no Brasil, Pará e Mocajuba; 2) estudo histórico da EJA e da educação rural do Brasil, do Pará e de Mocajuba e a pesquisa e o levantamento dos dados oficiais e documentais, para tentar mapear o quadro atual da EJA oferecida pelos organismos oficiais; 3) a análise do material coletado nas visitas às escolas e em entrevistas realizadas com os AFE, as professoras e as lideranças sindicais e comunitárias. O estudo permitiu identificar através dos depoimentos que os AFE têm avançados significativamente na dimensão humana, política e técnica e quando voltam a estudar ou quando entram pela primeira vez em sala de aula representa uma possibilidade de crescer sua cidadania. O que significa avaliar, diante dos resultados desta pesquisa acadêmica, que a escola e sua educação escolar não são prioridades iniciais e únicas dos AFE e sim um dos instrumentos de melhoria da qualidade de vida.

ABSTRACT

This dissertation refers to questions related to education of young and adult and rural education in Mocajuba/Pa, that has, as principal focus, farmer's family students in that town. The central questions are: how that kind of education and rural education are historically constituted in Mocajuba? And what is the real situation of the education offered there to all those students nowadays? Answers to these questions were gotten by information from: 1) book research – to talk about agriculture history and state of affairs in Brazil, Pará and Mocajuba; 2) history

studying about education of young and adults, and about rural education in Brazil, Pará and Mocajuba, as well as research and official data and documents collection, in order to make a map of the present situation of young and adults education that is offered by official institutions; 3) analyses of data collected in schools and interviews from farmer`s family students, teachers and community and trade union leadership. Analysing statements, it was possible to identify a great advance in human, politic and technical aspect that farmer`s family students have gotten, when they go back to school or go to it for the first time. So, they can improve ther knowledge and, consequently, they can have better life quality.

1- OS DESAFIOS DA PESQUISA.

[...] Revisitar a cultura como território da pedagogia pode significar superar essa visão preconceituosa do povo e da cultura. Reconhecer que todos os sistemas de pensamento e de ação estão emaranhados com crenças, valores, sentimentos, práticas herdadas. **Miguel Arroyo**

1.1 - OBJETO, OBJETIVO E PROPOSTA DE TRABALHO.

O meu objeto de pesquisa é o Programa Educação de Jovens e Adultos (EJA), no ensino fundamental, no entorno do ambiente rural escolar e de qualidade de vida dos agricultores familiares estudantes (AFE) de Mocajuba, no Estado do Pará. A EJA é uma modalidade de ensino que se destina a oferecer oportunidade de estudos para aquelas pessoas que não tiveram acesso ao ensino fundamental e médio na idade regular. Esse tipo de ensino leva em conta as condições de vida e de trabalho do estudante. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), os sistemas de ensino manterão cursos e exames, obedecendo a base nacional comum do currículo, habilitando o estudante ao prosseguimento de estudos. A idade mínima para matrícula inicial no ensino fundamental em curso de EJA é de 14 anos completos e para a conclusão do curso a idade mínima é de 15 anos completos. No ensino médio a idade mínima para matrícula em curso de EJA é de 17 anos completos e 18 anos completos para a conclusão (MEC. 2003).

Por conseguinte, o objetivo central nesta dissertação foi empenhar-se por questões relacionadas à educação rural, tomando como eixo à promoção de uma qualidade de vida dentro da discussão e investigação do significado da EJA para os AFE em Mocajuba, ou seja, identificar de que forma e conteúdo um ambiente escolar pode propiciar uma qualidade de vida aos AFE de Mocajuba dentro do EJA.

Eu ressalto que o termo qualidade de vida tem sido empregado em múltiplos significados. Resolvi utilizar-me do termo qualidade de vida empregado

na obra de Abramoway (2000) porque abrange uma amplitude balizadora para o mundo rural e de caráter acadêmico e constitucional. O autor estabelece que qualidade de vida no âmbito pedagógico tem que ser constituído de umas exigências constitucionais, compreendidas de espaços para avanços que transcendem os referenciais de qualidade de educação strito sensu, incorporando à prática pedagógica a possibilidade de qualificar as saúdes físicas, emocionais, espirituais, ambientais e à experiência de um convívio social. Tudo fundamentado em valores condizentes com uma aprendizagem emancipatória e promotora da cidadania e da ética.

1.2 - OS PORQUÊS

Neste sentido, surgiram algumas inquietações e cautelas: *os porquês do fazer da pesquisa* (BOURDIEU, 1997). Tomarei como ponto de partida a minha história de vida e a minha prática profissional para justificar *os porquês* desta minha dissertação.

- O primeiro porquê é que a educação rural faz parte da minha trajetória de vida, como sociólogo e professor, eu lecionei a disciplina Sociologia Rural durante 02 anos na UFPA (1995/1996). Nesse período desenvolvi a pesquisa nas escolas rurais do município de Bragança (PA) com vários discentes que eu orientava, tendo como objetivo apreender as representações da sociologia e do sociólogo escolar em um grupo de professores rurais naquele município. A questão central desse estudo era identificar em que medida a sociologia e o sociólogo escolar contribuíam para a educação rural. Trazia para esse estudo várias questões: o que mudou em relação à discussão da formação de professores, como estavam sendo formados os professores rurais de Bragança e qual a contribuição da sociologia na formação e na prática deles, entre outras. Resolvi, então, buscar essas respostas, juntos com meus discentes. E esse trabalho me

fez despertar, diante de novos avanços, uma visão mais abrangente sobre os rumos da educação rural no Pará e no Brasil que outrora não tinha.

- O segundo porquê foi minha ligação sentimental e econômica com o município de Mocajuba. Sentimental porque sempre visitei esse município nos períodos de férias desde 1980. Já econômica, porque comprei uma terra e comecei uma vida de agricultor.
- O terceiro porquê foi agora, durante o meu mestrado do NEAF, onde pude investir mais intensamente na academia, participando de debates e pesquisas que me apontaram novas possibilidades de discussão sobre as questões relacionadas à educação rural, a partir de velhas e novas questões, que não são só minhas, mas de muitos professores que fizeram parte, de alguma maneira, da minha trajetória, tornando-se, este, um momento fértil de aprofundamento.

1.3 - JUSTIFICATIVA: SITUAÇÕES-PROBLEMAS.

Diante de tais *porquês*, a minha pesquisa criou uma justificativa mais crível do ponto de vista de associação entre o pesquisador e seu universo pesquisado no flanco de uma atividade social. E assim justifico esta pesquisa como atividade social, porque entendo que a realidade desta dissertação só foi possível de ser compreendida quando dispus, igualmente, de regras precisas para a investigação: mais sistemática e rigorosa dos fenômenos que ocorreram no decorrer deste meu trabalho acadêmico. Por exemplo, pude captar e abranger que o significado da EJA para os AFE implicava, primeiro, compreender:

[...] a justificação do pensamento no contexto concreto de uma situação histórico-social, de onde só muito gradativamente emerge o pensamento individual diferenciado. Assim, quem pensa não são os homens em geral, nem tampouco indivíduos isolados, mas os homens em certos grupos que tenham desenvolvido um estilo de pensamento particular em uma interminável série de respostas a certas situações típicas características de sua posição comum (MANNHEIM, *apud* SOUZA, 1998, p.19-20).

Alves (2001) sugere para que aconteça uma investigação acadêmica no mundo da educação é necessário que haja duas abrangências cultural e pedagógica. Portanto, a partir destas características de estreitamento entre pesquisador e pesquisado, eu tive as principais dúvidas que emergiram, em situação de problemas, no meu estudo foram em duas abrangências: cultural e pedagógica.

ABRANGÊNCIA CULTURAL

- Qual o perfil sócio econômico dos AFE?
- Quais os níveis de qualidade de vida dos AFE?
- O que pensam os AFE em termos de futuro com a sua produção agrícola e o mundo da agricultura?
- As singularidades dos AFE em seus anseios e angústias e se têm aspectos próprios em função da cultura rural?
- Como se dá às construções da identidade dos AFE marcadas por lutas especificam do contexto rural?
- Que representações fazem esses AFE sobre si mesmos, sobre viver no mundo rural?
- Que pensam os AFE em termos de futuro, lazer, trabalho, política e religião?
- Podemos falar em rural sem pensar sua relação com o urbano dentro das vidas dos AFE?
- A família interfere na sua forma de pensar a escolarização?

ABRANGÊNCIA PEDAGÓGICA

- Que relações os AFE estabelecem entre o que aprendem na escola e seu cotidiano ou para sua qualidade de vida?
- Como é aproveitada a experiência de vida que o AFE traz para a sala de aula?
- Pensam a educação enquanto possibilidade de mudanças em termos de trabalho?
- Como garantir que AFE tenham acesso aos conhecimentos universais no contexto da escola rural?

- Como são selecionados e trabalhados os conteúdos escolares ou como se caracteriza a produção de conhecimentos em sala de aula?
- Como o professor trabalha a formação da consciência crítica, a partir dos textos informativos, literários, ou de outras situações onde emergem as questões do dia-a-dia?
- Como são as dificuldades de aprendizagem dos AFE?
- Como é estimulado o interesse dos AFE?
- Como é assegurado o espaço de participação dos AFE?
- Como se estabelece a relação professor versus AFE?

Outras dúvidas emergiram porque tive que buscar e conhecer situações-problemas acerca dos AFE nos limites de questões relevantes de cunho histórico e de infra-estrutura da educação rural na EJA em Mocajuba:

- Qual a construção da educação rural em Mocajuba, no Pará e no Brasil?
- Qual o quadro atual da EJA oferecido aos estudantes que vivem na zona rural de Mocajuba comparativamente com o Pará e o Brasil?
- Qual seu nível de alcance e de universalidade em Mocajuba?
- Qual a capacidade instalada da escola rural mocajubense?
- Qual a formação dos professores rurais e suas expectativas pedagógicas?
- Enfim, que quadro podemos compor da atual educação rural e da EJA de Mocajuba comparativamente com o Pará e o Brasil?

Com tais *dúvidas que emergiram*, percebi que as atribuições de pesquisador iniciante se confundem com os impasses acadêmicos porque em todas controvérsias das diferenças culturais emergiram apontamentos de situações-problemas na busca de uma perspectiva de entender a dualidade entre a escola (e seu ambiente) e a cultura dos AFE, ao mesmo tempo, que nos impõe a necessidade de refletir sobre os condicionantes que esta relação encontra nas formas próprias de estruturação do trabalho pedagógico, o que levou, conseqüentemente, em minha conclusão a questionar a concepção de cultura de

muitos autores citados nesta dissertação e a repensar o entendimento das propostas de educação rural e da EJA no espaço rural.

Por outro lado, percebi, enquanto justificativa acadêmica, que categorias como rural e agricultura familiar devem ser aprofundadas, considerando, sobretudo, as mudanças decorrentes do fenômeno da globalização e da modernização capitalista no campo, além de considerarmos toda a problemática específica dos AFE nesse contexto de identidade social, econômica, cultural e política.

1.4 - CAMINHOS METODOLÓGICOS

Como as dúvidas são sempre emergentes e tem-se escassez de pesquisa e literária, antevi pedras e tropeços no caminho do meu estudo, mas também encontrei que, para mim, significou troca. Esta perspectiva de adversidades, encontros e troca, entretanto, não me eximiu de responsabilidades, o que implicou refletir com Bourdieu (1997, p. 695) que avisa-nos:

[...] aquilo de tentar saber o que faz quando se inicia uma relação de entrevista é em primeiro lugar tentar conhecer os efeitos que se podem produzir, sem o saber por esta espécie de intrusão sempre um pouco arbitrária que está no princípio da troca (especialmente pela maneira de se apresentar à pesquisa, pelos estímulos dados ou recusados, etc.) é tentar esclarecer o sentido que o pesquisado se faz da situação, da pesquisa em geral, da relação particular na qual ela se estabelece, dos fins que ela busca a explicar as razões que o levam a aceitar de participar da troca.

Refletindo sobre estas questões, percebi que meu maior desafio seria e foi no contato com os AFE, no sentido de esquadrihar o anonimato de histórias únicas, palavras vivas de um grupo que raramente encontra espaço para se fazer ouvir na sociedade marcada pela cultura globalizada e cada vez mais urbana. Neste sentido, repito, foi preciso considerar que a relação: entrevistado versus entrevistador se estabelece de forma desigual já de início, em função do que se

chama de diferenças de “*capital cultural*” (BOURDIEU, 1997), destacando em especial as diferenças de tradições e costumes entre entrevistado e entrevistador.

Posso citar um exemplo que aconteceu no decorrer do trabalho de campo juntos com os entrevistados. As entrevistas ocorreram de forma descontraída, possivelmente, graças à forma de abordar cada entrevistado ao estímulo para que falassem livremente, ao meu interesse demonstrado pelas questões, posições dos entrevistados e também pela relação de confiança que foi sendo construída no decorrer do estudo. Essa relação de respeito e de confiança ao mesmo tempo em que facilitou essa pesquisa, em outros momentos gerou alguns conflitos pessoais. Não tendo a pretensão de interferir na prática observada, em varias ocasiões era solicitado pelos AFE e pelas professoras a que emitisse algumas opiniões e percepções. De certa forma, penso que esse é um problema que todo o pesquisador enfrenta, até porque é natural que uma escola quando abrem as suas portas para uma pesquisa, espere um retorno no sentido de alterar qualitativamente a sua prática. Nessas situações procurei ter o cuidado de manter a postura de alguém que não tem a verdade, mas sim o daquele que tem questões para refletir com o grupo a partir da capacidade de escutar.

E foi e é interessante ressaltar que em todas narrativas pude apreender o *olhar que dá razão* aos espaços do pesquisado. Para tanto, foi necessário fazer algumas escolhas, com o objetivo de buscar alternativas metodológicas mais adequadas para a aproximação com o objeto de estudo. Foi quando percebi que, conforme Alves (2001), o *design* e o *foco* do estudo não podem ser definidos *a priori*, pois a realidade é múltipla e complexa e, portanto, não se pode apreender seu significado se, de modo arbitrário e precoce, a aprisionarmos em dimensões e categorias.

Para apreender “*olhar que dá razão*” ao objeto desta pesquisa, foi realizada uma investigação qualitativa, como abordagem privilegiada, mas foram também incorporados dados quantitativos sobre a educação rural dentro do programa do EJA. E os poucos dados que obtive junto aos órgãos públicos e privados que eu coletei, pude observar que o papel do pesquisador é, justamente, o de servir

metodologicamente como “*veículo inteligente e ativo entre o conhecimento acumulado na área e as novas evidências que serão estabelecidas a partir da pesquisa*” (LÜDKE & ANDRÉ, 1986, p. 05).

Diante do investimento das novas evidências das coletas de dados, eu pude conhecer e contextualizar os AFE, as escolas e os professores, movimentos sociais de Mocajuba, e em seguida avancei e optei: 1) Pela análise do material obtido junto aos órgãos oficiais e entidades comunitárias e sindicais; 2) Pela análise de textos de leis, estatutos, planejamentos, relatórios, dados estatísticos, artigos, relatos verbais e outros documentos que continham informações relevantes sobre o campo empírico; 3) Visitas às escolas rurais; 4) Entrevistas com os AFE, professores e lideranças comunitárias e sindicais.

Lancei mão da análise documental, considerando documento “*quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano*” (PHILLIPS *apud* LÜDKE & ANDRÉ, 1986, p. 23). Os dados quantitativos coletados junto aos órgãos oficiais de educação de Mocajuba, do Pará e do Brasil foram utilizados tanto na etapa exploratória (escolha de comunidades, escolas, AFE, professores e lideranças comunitárias e sindicais com os quais seria feito um contato mais intenso) quanto nas etapas posteriores, por fornecerem informações que poderiam evidenciar uma relação mais extensa entre os fenômenos estudados.

Eu adotei esse procedimento para garantir o equilíbrio entre a objetividade e a subjetividade. De um lado, os dados oficiais fornecidos pelos governos federal e estadual e a PMM (Prefeitura Municipal de Mocajuba); de outro, as narrativas dos AFE, professores e lideranças comunitárias e sindicais. Goldenberg (2002, p. 62) sugere quando afirma que integrar a análise quantitativa e qualitativa no estudo de um mesmo fenômeno pode constituir-se em estratégia muito fecunda quando se tem como intenção “*abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do objeto de estudo*”. Imediatamente, dados quantitativos e métodos qualitativos assumiram, neste caso, caráter complementar porque ajudaram a

descrever em muito o quadro geral da educação rural e da EJA de Mocajuba comparativamente com o Pará e o Brasil.

No que tange a coleta dos depoimentos, optei por fazer as entrevistas com roteiros de perguntas (fechadas) para obter dados mais pontuais (ver Anexos 01 e 02 – Roteiro de Entrevistas: AFE e docentes) e perguntas abertas (principalmente com as lideranças comunitárias e sindicais), procurando manter uma relação de diálogo e observação (ver Anexo 03 – Roteiro de Observação) com os entrevistados sobre suas trajetórias e perfis: escolar, profissional, político, social, cultural e econômico. Conforme Queiroz (1988), entrevistas desses tipos (fechadas e abertas) podem ser utilizadas tanto para levantar dados originais quanto para complementar os materiais já obtidos de outras fontes, mas, na verdade, estão presentes em todas as formas de coleta de relatos orais, pois estes implicam, sempre, num colóquio entre pesquisador e narrador.

Em suma, procurei construir um diálogo constante entre teoria e empiria, lançando mão dos recursos que eu julguei mais adequados para isso. Três eixos foram privilegiados: 1) pesquisa bibliográfica visando a apresentar a educação rural e da EJA de Mocajuba comparativamente como o Pará e o Brasil, num exaustivo trabalho de garimpar, entre os ditos e não ditos, os fatos relevantes; 2) pesquisa e levantamento dos dados oficiais e documentais, tentando mapear o quadro atual da educação rural e da EJA de Mocajuba oferecida pelos organismos oficiais; e 3) análise do material coletado nas visitas às escolas e em entrevistas realizadas com os pesquisados.

1.5 - AMOSTRAGEM E AS ENTREVISTAS

A amostra desta pesquisa foi constituída a partir de critérios de diversificação pelas médias e referências de dados já consagrados. Logo, as escolas, os AFE, os professores e lideranças comunitárias e sindicais, em função das variáveis que, por hipótese, foram resultante das médias e

referências de dados já consagrados na PMM. Tudo para conseguir exemplos de diversidades do objeto em estudo.

Como eu optei em estudar APENAS os AFE que tinham propriedade de terra, do ano letivo de 2004, tive que fazer critérios numa amostra representativa de percentuais acima 5% em todos quesitos como sugere Mann (1998). Portanto, observando os dados censitários escolares da EJA em Mocajuba, fornecidos pela PMM (2004b), a amostra foi composta:

AFE:

- Todos os AFE entrevistados eram matriculados na EJA do Ensino Fundamental. Justificativa: até 2004, só tinha EJA no Ensino Fundamental em Mocajuba. Agora em 2005 é que foi implementado a EJA no Ensino Médio (PMM, 2005b).
- Foram entrevistados 11 AFE. Justificativa: segundo dados da PMM (2004b), dos 636 estudantes da EJA mocajubense, 202 estudantes, equivalente a 31%, são agricultores familiares. A minha amostra de 11 AFE recaiu em cima dos 202 AFE total da EJA em Mocajuba, o que vale ao percentual de 5,4%.
- Foram entrevistados 08 AFE do sexo masculino e 03 do feminino. Justificativa: dos 636 estudantes da EJA, 450 equivalente ao percentual 72,6%, são do sexo masculino e 186, equivalente a 27,4%, são do sexo feminino. Entre os 202 AFE da EJA, 157 AFE, equivale ao percentual 22%, são do sexo feminino. Na minha amostra são 8 AFE masculinos, equivale ao percentual de 71,2%, e de 3 AFE feminino, equivale ao percentual de 28,8%, em relação total aos 11 AFE entrevistados.
- A média de idade entre os 11 AFE é de 45 anos. Justificativa: a média de idade dos estudantes da EJA em Mocajuba é de 25,1 anos. Já entre os AFE da EJA é de 41,5 e na minha amostra é de 45 anos.

Concomitantemente selecionei as escolas. São 66 escolas da rede municipal no Ensino Fundamental em Mocajuba, sendo que 29 têm o programa da EJA, 19 na zona urbana e 10 na rural. A minha amostra foi composta de 05

escolas da zona rural. Como somente existe o horário noturno da EJA na zona rural, conseqüentemente, o horário foi noturno de todas escolas da minha amostra. As escolas da amostra dentro das suas respectivas comunidades, composição de discentes e docentes, faixa etária dos discentes e números de entrevistados, são essas:

- Escola 01 - Escola Luiz Eusébio de Souza, da Comunidade dos Remanescentes de Quilombo Tambaí-Açú, composta por 10 estudantes, dentro de uma faixa etária entre 15 e 56 anos. Foram entrevistados: 03 AFE e 01 docente;
- Escola 02 - Escola Arthur Igreja, da Comunidade Icatú, composta por 13 estudantes, dentro de uma faixa etária entre 16 a 58 anos. Foram entrevistados: 02 AFE e 01 docente;
- Escola 03 - Escola Manoel Correa Camilo, da Comunidade Itabatinga, composta por 11 estudantes, dentro de uma faixa etária entre 17 e 49 anos. Foram entrevistados: 02 AFE e 01 docente;
- Escola 04 - Escola Cecília Bacha, da Comunidade do Igarapé Grande, composta por 10 estudantes, dentro de uma faixa etária entre 17 e 52 anos. Foram entrevistados: 02 AFE e 01 docente;
- Escola 05 - Escola Açaizal, da Comunidade Açaizal, composta por 13 estudantes, dentro de uma faixa etária entre 17 a 60 anos. Foram entrevistados: 02 AFE e 01 docente.

Além das entrevistas com os AFE e docentes, foram realizadas 08 entrevistas com lideranças comunitárias e sindicais entrelaçadas socialmente com os AFE, os docentes e as escolas estudadas. A idéia foi consubstanciar as situações-problemas desta dissertação diante de múltiplos exames intercalados entre essas lideranças com os AFE e seus universos análogos. A divisão dos entrevistados deu-se da seguinte maneira: 04 lideranças comunitárias e sindicais do mundo da agricultura e 04 lideranças sindicais do mundo da educação.

**Quadro 01
Perfil dos AFE**

AFE	Escola	Comunidade	Sexo	Idade	Estado Civil	Filhos	Dono de Terra	Tamanho da Terra (ha)	Culturas Plantada	Escolaridade
A	01	Tambaí-Açú	Mas	40	Casado	03	Sim	35	P/Ca/Cu F/M/Mi/Ba	1º Segmento
B	01	Tambaí-Açú	Mas	22	Solteiro	01	Sim	38	P/M/Mi F/Mo/Cu	2º Segmento
C	01	Tambaí-Açú	Mas	41	Casado	02	Sim	52	P/M/C F/A/Mo	1º Segmento
D	02	Icatú	Mas	45	Casado	03	Sim	62	P/M/Ca F/Mi/ Ba	1º Segmento
E	02	Icatú	Fem	31	Casado	01	Sim	27	Mi/P/M Ar/Ca/ Ba	2º Segmento
F	03	Itabatinga	Mas	35	Casado	02	Sim	191	M/P/N F/Mi/M	1º Segmento
G	03	Itabatinga	Mas	30	Casado	03	Sim	32	M/P/Mi N/A/M	2º Segmento
H	04	Igarapé Grande	Fem	34	Casada	03	Sim	25	M/P/N A/Cu/F/	1º Segmento
I	04	Igarapé Grande	Fem	41	Viúva	05	Sim	39	F/P/Mi M/Cu/N	1º Segmento
J	05	Açaizal	Mas	27	Solteiro	01	Sim	22	M/Mi/F P/N/Cu	2º Segmento
K	05	Açaizal	Mas	41	Casado	05	Sim	25	M/F/P Cu/N/Mi	1º Segmento

P – Pimenta do Reino / Ca – Cacau / Cu – Cupuaçu / M – Mandioca / F – Feijão / A – Açaí / Mi – Milho / Ar – Arroz / Mo – Mogno / N – Nim / Co – Coco / Ba - Banana

**Quadro 02
PERFIL DAS LIDERANÇAS SINDICAIS**

Mundo	entidade	Idade	Tempo de liderança	Tempo de magistério
Da Agricultura	SINPRUM	45	12	
	ANGU	68	15	
	VILA PIRES	45	10	
	PANTOJA	34	08	
Da Educação	SINTEPP/Mocajuba	38	10	15
	SINTEPP/Mocajuba	43	04	09
	SINTEPP/Mocajuba	51	15	25
	SINTEPP/Mocajuba	32	02	06

**QUADRO 03
PERFIL DOS DOCENTES**

Escola	Idade	Formação	Tempo de Magistério
01	35	Superior - Pedagogia	10
02	39	Superior - História	13
03	42	Superior - Pedagogia	16
04	41	Superior - Pedagogia	16
05	36	Superior - Pedagogia	12

As entrevistas somaram quase 50 horas de gravação e de acordo com meu diário de campo, as entrevistas totalizaram 105 dias. As entrevistas foram realizadas nas escolas e residências dos entrevistados. Nas escolas, sempre que possível aproveitando aulas vagas. Nas residências com a prévia aprovação do entrevistado. A duração média de cada entrevista foi de duas horas. A princípio os entrevistados, principalmente os AFE, demonstravam certo receio, o que me levou a dar explicações mais detalhadas dos objetivos da minha pesquisa. Um fator que me ajudou neste sentido foi o fato de conhecermos as escolas, o município e, até certo ponto, a realidade rural. Mesmo assim, depois de realizar 03 entrevistas com todo cuidado para deixar entrevistados à vontade, observei que a intimidação ainda estava presente e o diálogo difícil, ficando na relação de perguntas e respostas. Este fato me levou a refletir e tomar uma decisão de mudar a estratégia, passando a convidar dois entrevistados ao mesmo tempo, o que produziu bons resultados.

Considero interessante registrar que, vencida a intimidação, os entrevistados discorriam com facilidade e segurança sobre sua vida, seus problemas, seus sonhos. Ao finalizar as entrevistas, agradecia pela disponibilidade e, invariavelmente, eu tinha respostas de que fora “muito bom” falar de suas vidas e saber que elas interessavam a alguém. Em especial destaque o depoimento de um agricultor familiar que, no início insistiu muito para que eu fizesse as perguntas por escrito para ele responder também por escrito. Tive um certo trabalho para convencê-lo a falar. Quando desliguei o gravador o agricultor familiar teve um acesso de riso. Perguntado sobre o motivo ele respondeu: *“Eu não acredito que falei tanta coisa. Eu sou muito tímido”*. Todos os encontros eram iniciados solicitando que cada entrevistado contasse um pouco sobre sua rotina diária, a vida no campo, o trabalho, a família. A partir daí se descontraíam o que me permitia introduzir as questões de meu interesse.

Outra questão que destaque é o fator tempo: preocupou-me sobre tudo o fato de não prejudicar os AFE com a perda de aulas, o que muitas vezes nos levou a limitar o diálogo. Como estratégia pedia um encontro em suas residências,

o que não ocorreu nenhuma resistência. Foi quando percebi também que muitas questões ainda *descobertas* poderiam ser aprofundadas se fosse possível repetir os encontros, o que ocorreu em 05 situações nos meses de janeiro, fevereiro e março com 03 AFE e 01 docente.

1.6 –CAMPO EMPÍRICO E SITUAÇÃO DE CONTATO NA EJA DE MOCAJUBA

Depois de relatar a minha trajetória pessoal e profissional, vejo-me novamente em busca de uma escola rural. A situação de contato com objeto estudado, já afirma Alves (2001, p. 30) “*é um parto com várias circunstâncias*”, ainda mais porque tinha em mente que o tema é pouco pesquisado, faltam estudos, investigações, aporte teórico e dados oficiais consistentes e organizados. Para tanto, escolhi caminhos: primeiro, procurando “*olhar*” para o passado para compreender o presente; o outro caminho seria mapear o quadro atual da educação rural de Mocajuba; e, finalmente, o (re)encontro com o mundo da educação rural e da EJA.

Na tentativa de conhecer um pouco mais a escola rural mocajubense, foi necessário percorrer caminhos tortuosos, fazer escolhas, mudar percursos, mas sem parar - continuar andando -, como a água que muda de direção conforme a vertente. E nessas andanças, fui fazendo as escolhas sabendo que o percurso poderia ser mudado a qualquer momento. Inicialmente, acreditei que enfrentaria muitas dificuldades para encontrar os estudantes (sujeitos da pesquisa principais da pesquisa) e, as professoras e as lideranças sindicais e comunitárias e isso me tencionava a princípio, mas observei que teria que me deslocar para zona rural de Mocajuba com mais frequência. A partir de então, era preciso percorrer o campo empírico. Optei em fazer a escolha pelo *procedimento de apreciação do campo empírico* proposto IBGE (2003. p. 23) que aponta:

[...] um apropriado mapeamento científico dentro do processo de apreciação do campo empírico sobre a educação rural no Brasil é observar através de três situações basilares: 1) observar quais as áreas de maior deficiência de infra-estrutura escolar dentro dos

questos: construção física, regularidade do calendário escolar e, principalmente, tendências estatísticas dos discentes e dos docentes; 2) observar o aporte comunitário das áreas escolares investigadas, maiormente: entre postos médicos, movimentos sociais, comércio e igrejas; 3) observar o aporte econômico.

Dentro do aporte comunitário nas áreas escolares investigadas, entre postos médicos, movimentos sociais, comércio e igrejas, eu pude anotar no meu caderno de campo.

Saúde: apenas 03 das 05 comunidades visitadas possuem posto médico em funcionamento dentro de seus limites ou em local de fácil acesso. Em alguns destes casos, isso equivale a dizer que há pelo menos um enfermeiro na comunidade que atende em sua própria casa. Em todas estas comunidades há falta de medicamentos, e estes enfermeiros na maior parte das vezes podem apenas fazer pequenos curativos e dar algumas orientações. São capazes: fazer suturas, aplicar injeções; auferir material para o diagnóstico de sangue, encaminhar o material e trazer medicamentos. Os principais problemas de saúde encontrados nas comunidades referem-se à pneumonia, diarreia infantil e verminoses já que não há água tratada na maioria das comunidades visitadas, mas alguns entrevistados citaram que agentes de saúde entregam hipoclorito de sódio e orientam na utilização e tratamento da água, e aconselham sobre gripes e febres. Há visitas de agentes de saúde da Secretaria Municipal de Saúde e da FUNASA em algumas comunidades, voltadas principalmente ao tratamento leishmaniose. Há também agentes comunitários de saúde, que realizam trabalhos de orientação, pagos pela secretária de saúde de Mocajuba. Muitas comunidades utilizam plantas medicinais no tratamento de alguns problemas de saúde. De qualquer forma, tratamentos mais sérios de saúde exigem que o morador se dirija a uma cidade próxima: ou em Cametá ou, maiormente, em Belém. Na comunidade do Tambaí-açú, um entrevistado declarou que existe anualmente a visita de uma equipe médica. Em todas as comunidades, os entrevistados disseram que há vacinação infantil e para idosos semestralmente, promovida pela prefeitura, mas não souberam dizer para que doenças eram essas vacinas. **Movimentos sociais:**

Para o GESBAN (2004, p. 321) (ver Anexo 04: *Organizações dos Movimentos Sociais de Mocajuba*) há uma efervescência social na sociedade civil mocajubense e é respeitável porque:

Em que pese um histórico marcado por práticas políticas tradicionais e centralizadoras, observa-se que o município de Mocajuba vivencia, nos últimos anos, processos de organização coletiva construídos de forma mais democrática e participativa. Esse movimento organizacional vem se ampliando consideravelmente, sob a forma de associações e de moradores e produtores e pela representação da população em conselhos municipais voltadas às ações de municipalização das políticas públicas.

Percebi isso porque todas as comunidades pesquisadas possuem algum movimento social. E todos têm sede, seja da associação rural, seja dos centros comunitários. As reuniões e outros encontros ocorrem mensalmente e todas associações ou centros comunitários e são dirigidos pela escolha de eleições democráticas. **Comércios:** todas comunidades possuem algum tipo de comércio: possuem vendas familiares de pequenos gêneros alimentícios; outras possuem mercearias com muitas variedades alimentícias e até combustíveis: diesel e/ou gasolina. **Igrejas:** em todas comunidades existem igrejas. As religiões encontradas foram a Católica e Assembléia de Deus. São muitos católicos e a penetração das igrejas não-católicas ainda são residuais. **Econômico:** Já no aporte econômico a atividade econômica dominante é a agricultura, especialmente a produção de cultura de ciclo curto como mandioca, milho, arroz e feijão e de ciclo médio como, predominantemente, a Pimenta-do-reino (ver capítulo 02). A imensa maioria da população rural de Mocajuba é constituída de pequenos agricultores, que possuem uma pequena roça e desenvolvem a agricultura de subsistência, sendo poucos os agricultores dessas comunidades que produzem excedentes agrícolas. E para atender às demandas agrícolas, todas as estradas dessas comunidades que ligam com o município não são asfaltadas e estão condições precárias, são as estradas de "*terra batida*" e são estradas que no período intenso das chuvas [de dezembro a abril] ficam quase intransitáveis.

Para iniciar o trabalho de campo, entrei em contato com as SEMEC/Mocajuba, a quem apresentei a proposta da pesquisa. A secretária atendeu prontamente à minha solicitação de realizar visitas às escolas rurais dos municípios, mas infelizmente não quis gravar ou conversar de maneira formal com entrevista escrita sobre a educação ou sobre a EJA em Mocajuba. Tentei também com diretores de ensino e financeiro da SEMEC/Mocajuba, mas foi em vão: nenhum quis. Todas as escolas visitadas são administradas pela PMM e possuem praticamente as mesmas características: uma sala de aula, uma pequena sala da secretaria (que funciona também como sala de professores), uma pequena cozinha e um ou dois banheiros. Todas são escolas muito simples e pequenas, com pouca diferença entre elas. As instalações são simples e todas têm uma pequena biblioteca. No momento da visita, essas escolas não tinham diretoras, contavam apenas com as visitas esporádicas de uma supervisora que vinha da sede do município.

Foi por isso que antes comecei estudando a história da educação de Mocajuba, do Pará e do Brasil e nos estudos sobre educação rural e da EJA, foram ressaltados aspectos que apontam diferenças e desigualdades entre nas escolas investigadas. Verifiquei que o processo histórico e as mudanças registradas em Leis e Regulamentos alteraram as profundas diferenças que existem entre essas escolas; diferenças que estão relacionadas ao acesso à escola, às instalações físicas, à participação nos programas de políticas públicas, ao tipo de ensino e aos salários e à formação de professores, entre outras. Ocorreram mudanças significativas e positivas porque os movimentos feitos pelos docentes, estudantes e organizações comunitárias e sindicais puderam galgar situações democráticas nas órbitas escolares mocajubense.

Nos depoimentos concedidos pelos AFE, pelas professoras e pelas lideranças comunitárias e sindicais e nas observações realizadas nas escolas, foram acontecendo situações e aparecendo elementos que ajudaram a compor o quadro atual da EJA e da educação rural em Mocajuba pelo olhar de quem a realiza. A leitura dos depoimentos coletados me levou a construir dois eixos temáticos que se

impuseram como possível objeto de análise: o cenário da escola e dos AFE com seus docentes e lideranças comunitárias e sindicais.

Com relação à escola, procurei perceber nas observações realizadas as características que montam o cenário dessa escola: sua localização, instalações físicas, participação em programas governamentais, questões administrativas, planejamento pedagógico, condições materiais (material didático, equipamentos e livros didáticos e literários, entre outros). Já com relação às características dos AFE: quem são, onde residem, rendimento, evasão e expectativas com relação à EJA e à escola rural e o acesso e continuidade no processo de escolarização. E eu elegi as seguintes categorias de análises: perfil social, profissão agricultor (ingresso e socialização profissional), sua visão sobre qualidade de vida, visão das práticas pedagógicas, relação com a comunidade. Essas categorias foram escolhidas previamente, para funcionarem como eixo central na coleta dos depoimentos, por se tratarem de aspectos que aparecem com certa recorrência em estudos anteriores e por serem relevantes no debate sobre a da EJA e da educação rural.

A maioria das escolas é de difícil acesso, com estradas de terra batida, estreitas e irregulares. Esse acesso fica ainda mais difícil nos períodos das chuvas. Além disso, as escolas ficam distantes e isoladas umas das outras, o que dificulta a comunicação entre os professores, que se encontram, geralmente, nas reuniões promovidas pelas secretarias de educação. Vale salientar que essas reuniões não acontecem com regularidade como cita a docente da Escola 05:

Reunião Pedagógica? Tem sim. É lá que encontramos os outros professores. Mas não é sempre que acontece. Têm duas ou três por ano, mas isso depende de cada administração. Quando mudar o secretário de educação, muda tudo de novo. E mais fácil a supervisora das escolas rurais passar por aqui. A gente fica meio isolada aqui.

Além disso, muitos AFE e professores não residem próximos da escola, precisando andar alguns quilômetros de bicicleta, de canoa, barco, de moto e/ou de transporte da prefeitura ou até mesmo a pé, dependendo do AFE e da localidade da escola.

Segundo o depoimento de um AFE da Escola 01, ele anda seis quilômetros ou mais (no período do inverno) para chegar até a escola.

Em termos todas escolas visitadas funcionam em dois períodos, pela manhã estudantes da rede de ensino fundamental e a noite da EJA. Quatro escolas possuem energia elétrica e uma delas a fonte de energia é por motor e água (Escola 02). Nessa escola a água é cedida por um sítio que fica ao lado da escola. As outras escolas têm água de fonte e nenhum delas tem esgoto sanitário, apenas fossa. Todas as escolas visitadas possuem, oriundas de vários convênios estaduais e federais, equipamento técnico: som, retroprojeto, computador, TV, vídeo ou antena parabólica, entre outros. Na Escola 03 tem ainda um mimeógrafo. Esses equipamentos técnicos com que as professoras contam para a realização de algumas aulas, é motivo de muita satisfação, pois esse equipamento chegou há pouco tempo (2003), como confirma uma das entrevistadas "*... agora está ótimo, temos até um computador...*" (Docente da Escola 04).

Outro aspecto importante é que todas escolas têm uma pequena biblioteca que recebem do PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) em 2002, muitos didáticos e poucos literários e bibliográficos. Esses poucos livros são guardados em pequenas estantes e, segundo o relato de todas as professoras entrevistadas, esses livros são escolhidos por eles e os conteúdos têm haver com a realidade dos estudantes. Nas escolas pesquisadas, tem-se o material escolar - cadernos, lápis e borracha —, assim como alguns livros do PNLD. Um fato interessante é que em nenhuma escola foi observado o uso de uniforme. Os AFE se vestem de maneira muito simples e calçam sandálias (na Escola 02, os AFE deixam seus calçados na parte de fora da sala de aula e assistem à aula descalçados).

Portanto, uma vez definido o campo empírico, deu-se início à pesquisa de campo. Meu objetivo era me aproximar da realidade da escola, do cotidiano dos estudantes e professores, dando-lhes a oportunidade de falar. Precisava tentar corroborar os dados oficiais e teóricos, apresentados em estudos desenvolvidos anteriormente por outros pesquisadores, mesmo que em outras regiões do Estado e até mesmo do país, então era necessário "*ouvir*".

E ouvir é trilhar estradas sinuosas... Abrir porteiras... Atravessar matas, igarapés, rios... Esse foi o meu caminho desde quando escolhi o meu tema de trabalho e iniciei a pesquisa. Longe da academia/universidade, das secretarias de educação e dos demais órgãos oficiais que fazem a educação deste país, do Estado e de Mocajuba, me via contando as matas, igarapés, rios... Para encontrar uma escola, um AFE, uma professora e/ou uma liderança comunitária e sindical. Pois bem, era assim meu trajeto no campo - o rural e o de pesquisa. E diante da vastidão da paisagem, vi a imensa distância entre "*o que deles ou para eles falamos e o que - no acontecer diário - eles fazem e de si falam*", como diz Kramer (1994, p. 12).

1.7 - ORGANIZAÇÃO ESCRITA DA DISSERTAÇÃO.

De posse de todos os dados coletados (registros das observações, entrevistas, documentos) procurei, inicialmente, identificar os pontos recorrentes, as tendências e as questões relevantes observados nas dimensões política, técnica e humana do objetivo central deste estudo, organizando o material em partes, de acordo com os referidos aspectos, tudo entrelaçados com o objeto desta dissertação. Daí adiante eu organizei os registros das percepções dos AFE, dos professores e das lideranças comunitários e sindicais em confronto e alianças com as minhas interpretações para formular algumas hipóteses acadêmicas e pautei novas análises sob outros enfoques no sentido de clarificar a construção da educação rural na fundamentação da EJA com os AFE.

Do ponto de vista da organização escrita desta dissertação, demorei quatro meses (março a agosto de 2005) para estruturá-la em 05 capítulos.

No segundo (**A ECONOMIA POLÍTICA DA AGRICULTURA FAMILIAR**) são apresentados analiticamente os dados econômicos oficiais que mapeiam a atual agricultura familiar e procurando contextualizar essa economia política do Brasil, do Pará e de Mocajuba sobre a escola dos AFE que estudam, suas trajetórias profissionais e sua formação em diálogo com estudos precedentes sobre o tema.

No terceiro (**APONTAMENTOS TEÓRICOS DA EDUCAÇÃO RURAL E A EJA EM MOCAJUBA**): apresenta-se uma revisão histórica e panoramas atuais de alguns estudos sobre a educação rural e EJA. Descreve a escolha do campo empírico e a situação de contato (na centralidade dos depoimentos) para descrever o entorno ambiental, social e cultural das escolas, dos AFE, dos professores e das lideranças comunitárias e sindicais eleitas, no sentido, da pesquisa do conjunto de processos de aprendizagens, formais ou não formais.

No quarto (**APROXIMAÇÕES CONCLUSIVAS**): buscou-se recuperar as questões trazidas para este estudo, mostrando que o ponto de chegada da pesquisa representa apenas um outro ponto de partida no meu objeto de estudo.

02- UNIVERSO DO RURAL E A AGRICULTURA RURAL: ENTRE TEMAS, CATEGORIAS E CONCEITOS.

Viver da roça é uma coisa que aprendi desde criança aqui em Mocajuba e vou morrer aprendendo a viver da roça [...] porque daqui eu careço só em viver. **Um AFE de Mocajuba**

A característica deste capítulo é extraídas dos depoimentos de AFE e lideranças do mundo da agricultura e ratificados com documentos de instituições públicas e levando em consideração a diversidade de um território, onde eu pude certificar que a agricultura familiar mocajubense tem as seguintes particularidades, baseado em dados da Gomes (2002), Ferreira (2004), PMM (2002; 2003; 2004; 2005) SAGRI/PA (2001, 2003), EMBRAPA (2003, 2004 e 2005), BASA (2000; 2003; 2004), Banco do Brasil (2004), GESPLAN (2004) e MA (2004):

- Ocupa pequenas áreas de terra, em média com 29,5 hectares cada unidade e com solos de baixa fertilidade;
- Majoritariamente tem-se utilização de força-de-trabalho basicamente familiar;
- Muitas áreas com dificuldades com acesso de transporte para produção;
- Crescimento da utilização do crédito rural nos últimos 04 anos, via PRONAF e FNO;
- Produz basicamente alimentos (feijão, milho e, principalmente, mandioca), criação de pequenos animais para consumo e predominância da cultura da Pimenta-do-reino¹ e em declínio o cacau;

¹¹ A Pimenta-do-Reino é uma cultura milenar e até início da década de 40, a Indonésia dominava o mercado, produzindo uma média de 60.000 toneladas anuais, caindo rapidamente, devido à destruição ou abandono da cultura em consequência dos conflitos provocados pela 2ª Guerra Mundial. Com a queda brusca na produção e consequente elevação dos preços, além da Índia e da Malásia, outros países da Ásia também aumentaram sua área de cultivo, iniciando um novo ciclo da cultura da Pimenta-do-Reino. A introdução da Pimenta-do-Reino no Brasil ocorreu no século XVII (GOMES, 2002; FERREIRA 2004). Todavia a era da Pimenta-do-Reino começou na década de 30, com a introdução de a cultivar Cingapura BRA-019 por imigrantes japoneses que se fixaram no Estado do Pará (Tomé-Açú). Com isso, já na década de 50, o Brasil passou de importador a exportador dessa especiaria. E em Mocajuba a Pimenta-do-Reino chegou na década de 70 (setenta) do século passado e hoje é maior cidade produtora do Estado Pará e do Brasil (GOMES, 2002; FERREIRA 2004).

- Baixa utilização de insumos industriais;
- Baixa rentabilidade, o que leva, na maioria das vezes, ao assalariamento de membros da família (os filhos, principalmente) e sua conseqüente migração para os centros urbanos;
- As técnicas de cultivo utilizadas, na maioria das vezes, originam-se no saber acumulado por várias gerações;
- Avanço de uma intensa adesão dos agricultores familiares à implantação da cultura da Pimenta-do-reino em consórcio com essências florestais nos últimos anos, alternativa encontrada para aumentar a renda familiar.
- Nos últimos 04 anos, com apoio do SINPRUM, ocorreram vários convênios para melhoria tecnológica da agricultura familiar em Mocajuba, em parceria com EMBRAPA, EMATER/PA, SAGRI/PA e PMM.

A minha idéia, portanto, é aprofundar essas caracterizações com interligação com a educação rural no programa da EJA no objeto principal desta dissertação: o AFE. Então, como necessidade metodológica e teórica urge, principalmente, fazer aportes teóricos sobre a característica da agricultura e sua economia política no Brasil, no Pará e em Mocajuba. E para facilitar melhor a compreensão, na primeira parte, deste capítulo, dissecó as variantes das categorias, classificações dos agricultores e seus perfis de estabelecimentos econômicos no Brasil. Na segunda parte, estirei perfis da economia política da agricultura familiar mocajubense comparativamente com a paraense e brasileira.

2.1- RURAL ENTRE CATEGORIAS CAMPONESA E A AGRICULTURA FAMILIAR

Ao optar por desenvolver meu estudo sobre a EJA e a educação rural junto aos AFE, em Mocajuba, pude perceber a necessidade de especificar primeiramente o que chamo de rural. Neste caso, tendo em vista a abrangência do termo, rural é uma denominação que adquire diferentes significados conforme a região e, principalmente, de acordo com a posição em que se situa o agricultor e

seus familiares em relação ao uso e posse da terra. Muitos autores pensam e até utilizam a condição de camponês como equivalente a habitante do campo. Isto porque Moura (1988, p. 15-16) nos lembra o número expressivo de palavras utilizadas para designar o camponês, desde tempos remotos e que, na maioria das vezes, expressam o modo depreciativo pelo qual o poder designa o habitante dos campos:

“(...) Em Roma, *paganus* designava o habitante dos campos, bem como o civil, em oposição à condição de soldado da palavra latina *pagus*, que tanto significa um território rural limitado por marcos, como também a aldeia camponesa, ficou a palavra *pago*, que no sul do Brasil designa onde se nasceu; o rincão de origem (...) *Paganus*, em latim, foi transmutado em *payan*, no francês, e *peasant*, no inglês, que significam exatamente *camponês*. Tomando sentido diverso do acima mencionado, *paganus* se tornou *paisano*, em português - o que não é militar. Mas também resultou em *pagão*, que quer dizer *não-cristão* - aquele que precisa ser convertido. Na Alemanha do século XIII a DECLINATIO RUSTICA tinha seis declinações diferentes para a palavra camponesa: vilão, demônio, mentirosos, vagabundos, escórias e infiéis”.

Para Moura (1988), em muitos casos, os próprios camponeses, por seu lado, acabam se autodefinindo como pobres e fracos, denotando uma visão depreciativa de suas condições de vida e trabalho. Sofrimento, esforço, dor, fadiga são representações das experiências de uma categoria social que, historicamente, padece a opressão, a começar pela forma como são referidos em oposição aos habitantes das áreas urbanas. Ainda hoje, para Carvalho (2004, p. 11) a construção da unidade na diversidade campesina no Brasil demonstra que:

[...] sem dúvida alguma que a identidade social do campesinato anda em baixa, quase esvaecida pelas dificuldades com que se defronta para garantir a reprodução social da sua existência e pelas decepções que amargam ao perceberem que muitos dos intelectuais e políticos que se dizem seus amigos têm dúvidas sobre as possibilidades do seu vir-a-ser histórico. Quem sofre com isso é auto-estima dos camponeses que oscila entre um reconhecer-se como sujeito social importante numa sociedade que se deseja pluralista e diversificada e os discursos modernizantes que apregoam o seu fim histórico e a homogeneização do universo pelos valores capitalistas.

Nessa identidade social de interpretações e fatos, tem-se um relato de um AFE da Escola 01 (A):

[...] O senhor sabe que às vezes eu penso que nós é porcaria [agricultor familiar]. E que a gente luta, luta, luta, luta e não vê conseguir muita coisa, mas aí eu vejo pela televisão a fome que o pessoal passa na cidade. Aí fico cá com meus ditados: é melhor eu ficar aqui no meu lugar porque aqui eu tenho meu lugar e posso me ajeitar do meu modo [...] Ano passado, um homem da EMATER veio lá de Belém e disse que a gente tinha que fazer dum jeito nossa roça. Fiquei pensando como aquele homem fica pensando a gente daqui da roça [de Mocajuba] [...] Eu vejo cada coisa desse tipo. Só que a gente vai ficando mais sabido com o tempo e deixando de lado esses lari-lari [conversa fiada] de dizer que nós somos sempre os abestados [...] É o que eu digo pro pessoal aqui de casa, [...] nossa vida é muito boa, se a gente olhar a vida do pessoal lá nas cidades [...] Esse ano eu até pude trazer essa televisão nova pra casa [...]. Ano passado à pimenta [do-reino] até deu pra ganhar um dinheirinho. A valência que eu sempre tive uma roça ajeitada [...], mas eu posso dizer ao senhor que a vida do campo é lida braba, mas eu vou melhorando do meu jeito. Não sou de enjeitar trabalho, mas eu vou ficando cada vez mais cansado, isso eu posso dizer ao senhor [...] Meus moleques [filhos] não trabalham como eu trabalhei [...] Fico até chateado com isso, só que eu aqui na roça sei que eles não vão ter muito futuro como eles querem [...] Eu me contento e gosto desse jeito, já eles não [...] Já que é assim [...], eu queria mesmo é que eles fossem estudar lá em Belém, ou até mesmo aqui perto em Cametá [...], e dessem certo e me ajudar a viver o resto da minha vida [...] e no mais eu até acho que estou indo bem.

Diante desta narrativa acima se pode avaliar que o AFE se contenta e gosta da vida que tem. Dos 11 AFE entrevistados nesta pesquisa, 09 acreditam que a vida rural é mais penosa e desqualificada em relação aos urbanos e os 02 acreditam ao contrário restantes, entretanto todos acreditam que as coisas vão melhorar na agricultura e são otimistas com seus futuros e expectativas de vidas sua e de seus familiares. Na mesma vertente, 09 entrevistados acreditam que os urbanos “os olham” como atrasado, tolo e ingênuo e os 02 restante acreditam que os urbanos enxergam de maneira normal.

Um relato de um AFE da Escola 03 (F) demonstra esse imaginário:

[...] acho muita coisa sobre muita gente [...] eu acho que muita gente olha nós do interior de uma maneira diferente [...] Só posso dizer uma coisa: eu acho que o pessoal de Belém acha todos nós somos meio pateta [...] Eu trabalhei em Belém em 1988 [...] Fui pedreiro num edifício lá em [no bairro de] Nazaré [...] Eu percebi quem é do interior, aqui da roça, é avacalhado [no sentido de menosprezo] [...] Mas o que eu acho pior mesmo é que às vezes eles queriam pagar menos pra gente do que para o pessoal da capital [...] Ih!, como vi isso várias vezes [...] acho isso muito ruim que acontece em Belém [...] Teve um sábado que eu tive que brigar com o mestre de obra, [...] porque ele disse que eu não precisava muito de dinheiro porque o pessoal do interior não sabe como gastar a grana em Belém. Aí depois de tanta amargura eu voltei pra Mocajuba. Não agüentava mais [...] e todo emprego tinha que ser alfabetizado e nessa época eu era analfabeto [...] Penei muito [...] Morava lá em Icoraci [Distrito de Belém] e tinha que trabalhar em Nazaré [Bairro central de Belém] Não dava de voltar pra almoçar e tinha que ficar na obra [...] Fiquei 06 meses e pronto [...] Voltei pra Mocajuba [...] Aqui eu pelo menos eu mando em mim. E nunca mais voltei pra Belém e nem acho que vou voltar mais [...] Eu posso viver muito longe, mas aqui que eu conheço tudo e não preciso ter vergonha da minha pobreza e de não ser inteligente como eles pensam o pessoal de Belém.

Um AFE da Escola 01 (C) na mesma direção de pensamento:

Viver na roça não é como eles dizem [urbanos] aqui eu durmo tranqüilo, mesmo que isso aqui não tenha tanta coisa como tem em Belém do tipo hospital, feira, loja de roupa e de televisão [...] aqui eu conheço todo mundo e minha roça [...] acho tudo meio esquisito em Belém porque o pessoal é mesmo meio assim sem se falar com as pessoas [...] além de ter muita confusão.

Nesses relatos observa-se que há uma identificação de que o agricultor familiar *vive fora, longe da cidade e de tudo*. Essa identificação em termos da cultura, educação, civilidade, lazer, comunicação, riqueza é o que o torna, *aos olhos alheios* e até *ao seu próprio olhar*, sinônimo de rústico, atrasado, tolo e ingênuo. É adequado rememorar que a categoria camponesa só aparece no vocabulário brasileiro muito recentemente, a partir dos anos cinqüenta do século passado, de forma depreciativa que, conforme Martins (1990, p. 22-23):

[...] A depreciação da vida rural é histórica na literatura política. [...] Não são, portanto, meras palavras depreciativas. Estão enraizadas numa concepção da história, das lutas políticas e dos confrontos

entre classes sociais. Nesse plano, a palavra camponesa não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade que olha esse mesmo camponês com um entrave social e político; por isso não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico que em muitas situações não é bem aceita na sociedade.

Para este autor, porém, a concepção de camponês apresenta dificuldades em função do transplante de realidades históricas diferentes, como da realidade russa dos fins do século XIX e início do século XX, sendo utilizada, no Brasil, para explicar a situação e as lutas rurais ocorridas mais recentemente. Cabe ressaltar, no entanto, que a categoria camponesa tem sido definida de formas diferentes tanto em relação à região e aos critérios de classificação como de acordo com a concepção política dos estudiosos da área.

Lamarche (2003, p. 16) sugere para entender alguns critérios camponeses tem que estar interligado, em grande parte, com agricultura de cunho familiar:

[...] A questão camponesa é um conceito de análise que define um modelo de funcionamento bem particular de exploração agrícola, perfeitamente descrito e analisado por A. Tchayanov, retomado mais tarde por H. Mendras, J. Tepicht e por muitos outros autores mais. Segundo, o modelo camponês define-se a partir dos seguintes princípios: - há inter-relação entre a organização da produção e as necessidades de consumo; - o trabalho é familiar e não pode ser avaliado em termos, *strito sensu*, de lucro familiar que não é qualificável.

Ou como sugere Costa (2000, p. 65):

A unidade de produção camponesa caracteriza-se por ter na família o seu parâmetro decisivo: seja como definidora das necessidades reprodutivas que estabelecem a extensão e a intensidade do uso da capacidade de trabalho de que dispõe, seja como determinante no processo de apropriação de terras nas sagas de fronteira [...] enquanto uma empresa que é ao mesmo tempo uma família (o que se expressa no fato de ser gerida sempre pela cabeça da família e por empregar basicamente trabalho familiar), ela é, indistintamente, unidade de produção e unidade de consumo.

Com essas variáveis retoma-se o termo "rural" entre camponês e o agricultor familiar. Conforme Ferreira (2004, p. 23), o termo camponês, enquanto conceito foi demasiadamente “*desgastado no Brasil pelo imaginário que essa palavra transparecia após os anos de arbítrio político entre 1964 a 1985*”. Com isso, sugere Ferreira (2004, p. 35) o termo agricultor familiar:

[...] aparece para amenizar e adaptar novos horizontes de lutas mediados pela realidade com um novo imaginário e diante um novo nome [...] Hoje no Brasil contemporâneo a questão camponesa tem funcionamento dentro da ordem da agricultura familiar que amplia o leque do termo rural em relação à categoria camponês.

Assim, ao contrário do termo camponês, Diniz (2004, p. 40) sustenta que o *vocabulo* agricultor familiar alcança dois sentidos:

[...] agrícola numa contagem adjudicada à cultura econômica dos pequenos e médios produtores, paralelamente, é definido também socialmente conforme o universo rural do mundo do trabalho.

Por conclusão, Ferreira (2004, p. 41) argüi que: “*o termo agricultura familiar está envolvido duplamente entre as expressões conceituais de agrícolas e rurais*”. No mesmo arremate, Ferreira (2004) refere-se ao termo *rural* diante do contexto ambiental e cultural da vida no campo, estando mais ligado à maneira de viver do que às maneiras de produzir, enquanto o termo *agrícola* tem normalmente uma conotação ligada à produção econômica.

Atualmente surgem, segundo Kageyama (2003), no espaço rural algumas atividades que até pouco tempo eram quase que exclusivas do meio urbano. A principal causa deste fenômeno está diretamente relacionada à reorganização dos processos de produção e trabalho rurais, que dada a sua nova característica, provoca uma interação entre as atividades no espaço rural e urbano, formando uma espécie de *continuum* rural-urbano. Em Mocajuba, o *continuum* é ainda mais quando “*agricultura familiar mocajubense aumenta sua capacidade de sustentabilidade e engrandece a cadeia produtiva do município*” (FERREIRA, 2004, p. 35).

A partir disso, para Kageyama (2003), o crescimento das ocupações em atividades não-agrícolas no meio rural subordina-se ao processo de urbanização do campo (determinado pela expansão e descentralização de serviços públicos), à dispersão da indústria (advinda da descentralização de plantas industriais, resultado em parte das *deseconomias de aglomeração*) e à liberação de mão-de-obra (derivada da mecanização *desocupadora*). Entretanto, segundo Goodman (2001), esta nova configuração do espaço rural quanto às atividades, pode ser observada com maior intensidade e clareza em regiões cujos desenvolvimentos rural e regional atingiram um certo grau de autonomia na geração de renda, baseada fundamentalmente na diversificação da economia e no fornecimento de serviços públicos essenciais adequados ao funcionamento de todos os ramos da economia (indústria, comércio e serviços).

Em Mocajuba, é certa que a agricultura tem recebido novas demanda ligada a nichos de mercado e isto tem incrementado a demanda por mão-de-obra. Contudo, essas gerações de ocupações oriundas dessas novas demandas não compensam totalmente as reduções nas ocupações observadas em atividades agrícolas tradicionais (principalmente no commodities como a Pimenta-do-reino), elas simplesmente amenizam o impacto da queda no emprego agrícola total (FERREIRA, 2004; GOMES,2002). Todavia, todos estes fatores determinantes da dinâmica das ocupações no meio rural são especialmente diferentes nas diversas regiões do país, por causa das particularidades da produção agrícola e da estrutura econômica local (FERREIRA, 2004, GESPAN, 2004; IBGE, 2002).

É neste quadro sócio econômico, para Ferreira (2004), Veiga (2003) e Abramoway (2003), que o contexto do rural é basicamente para os agricultores familiares e/ou os que vendem sua força de trabalho, os trabalhadores rurais, que se destina à educação rural e à AJE no Brasil, no Pará e em Mocajuba, pois a ínfima minoria dos mais abastados rurais, constituídos pelos grandes latifundiários, não é usufrutuário dessa educação de que tratarei neste trabalho.

2.2 - CLASSIFICAÇÕES ECONÔMICAS NA AGRICULTURA

Entre várias tentativas para classificar os agricultores familiares ou suas unidades produtivas, procurei aqui sistematizar alguns trabalhos mais utilizados na caracterização de agricultores ou estabelecimentos agrícolas no Brasil para correlacionar com vários dados e estatísticas de Mocajuba, entre os quais destaco os de Graziano da Silva (2002) e Kageyama&Bergamasco (2001) no quadro geral de definição brasileira e no caso mocajubense os autores Gomes (2002) e Ferreira (2004) que, pela revisão literária que fiz, representam os estudos mais próximos da realidade. Comparativamente com as análises de Gomes (2002) e Ferreira (2004) que analisam a situação social-econômica-fundiária de Mocajuba, faço um entrelace primeiramente com os escritos de Graziano da Silva (2002) que apontam, num primeiro grande corte, a existência de quatro tipos de proprietários rurais no Brasil.

Minifundistas: dependem do trabalho assalariado para complementar a mão-de-obra familiar. São “empregados-empregadores” uma vez que são obrigados a se assalariar temporariamente em outras propriedades para garantir sua sobrevivência e, por outro lado, contratam assalariados temporários nas épocas em que suas unidades produtivas exigem a intensificação da mão-de-obra. Para Gomes (2002) e Ferreira (2004) são os majoritários, em torno de quase 90%, em Mocajuba e suas propriedades ficam em torno até 50 hectares.

Pequenos fazendeiros: sua produção é organizada com base no trabalho familiar, contratando assalariados temporários em “momentos de pico”, e não necessitam buscar fora da propriedade a complementação da sua subsistência. Para Gomes (2002) e Ferreira (2004) são em torno de quase 8% em Mocajuba e suas propriedades ficam em torno até 50 a 100 hectares.

Médios fazendeiros: utilizam basicamente o trabalho assalariado (quase todo temporário), fundamental na maioria das atividades, complementado com o trabalho familiar. Apresentam, geralmente, nível mais elevado de vida. Aos membros da família é reservado o trabalho qualificado (operador de máquinas, os feitores). Para Gomes (2002) e Ferreira (2004) são os minoritários, em torno de

quase 3% em Mocajuba e suas propriedades ficam em torno até 100 a 1000 hectares.

Grandes fazendeiros: utilizam exclusivamente o trabalho contratado (permanente e temporário). À família cabem as tarefas de administração e comercialização da produção. Para Gomes (2002) e Ferreira (2004) tinha um caso isolado, mas em 2001 foi vendida e dividida a fazenda e inexistiu essa categoria no Município.

QUADRO 04
ÁREA E ESTABELECIMENTO AGRÍCOLA NO PARÁ E MOCAJUBA

Grupo de Área Total (em ha)	MOCAJUBA				PARÁ			
	Área total (ha)		Área total (ha)		Área total (ha)		Área total (ha)	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
0 a menos de 50	15.541	54,9	1.181	89,3	2.156.808	9,58	138149	67,00
50 a menos 100	6219	22,0	101	7,6	2171.354	9,64	31124	15,09
100 a menos de 1000	6545	23,1	40	3,1	6735076	20,91	34476	16,72
1000 e mais	---	---	---	---	11456991	20,87	2450	1,19
Total	28.305	100,0	1.322	100,0	22520229	100,00	206.199	100,00

Fonte: IBGE. 1996

Baseado pelos dados e estatística observa-se que Mocajuba é diferenciada na questão fundiária do Brasil e do Pará. O GESPAN (2004, p. 302) aponta que:

[...] A estrutura fundiária do Estado do Pará, que se caracteriza por marcante desigualdade no processo de distribuição da terra, concentrando grandes áreas de terras em poder de uma minoria e, de outro lado, reduzida parcela fundiária para uma grande maioria de pequenos agricultores, não se reproduz em Mocajuba. Conforme se pode observar nas informações do Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA, a estrutura agrária do município é marcada pela maior representatividade de minifúndios e de pequenos estabelecimentos no município, que são a expressiva maioria (99,1%), detêm mais de 94,7% das áreas exploráveis. Se a referência for o Censo Agropecuário, os estabelecimento até 50 hectares ocupam 54,9% da área total, acrescentando as áreas compreendidas entre 50 e 100 hectares, este é ampliado para 76,9%. Não estão registradas grandes áreas em qualquer das fontes.

No que tange, aos trabalhadores rurais no Brasil, Graziano da Silva (2002) descreve ainda detalhadamente como:

Proprietários minifundistas: donos de uma área menor que o módulo rural (até 25 hectares), definido como aquela extensão que pode ser explorada pela mão-de-obra da família e que garanta ao menos sua subsistência. Neste caso, a família do proprietário necessita de expedientes externos à unidade de produção para se reproduzir. Em Mocajuba, são em torno de 40% que tem no máximo 50 hectares, segundo Gomes (2002) e Ferreira (2004).

Pequenos posseiros: aqueles que, para o INCRA, não conseguem comprovar legalmente a propriedade das terras e, para o IBGE, aqueles que não pagam renda em dinheiro ou produtos pelo uso que faz das terras que não são suas. Em Mocajuba, são em torno de 30% que tem no máximo 10 hectares, segundo Gomes (2002) e Ferreira (2004).

Pequenos rendeiros (arrendatários e parceiros): tanto para o INCRA como para o IBGE, na parceria está implícita a partilha dos riscos e dos frutos obtidos, nas proporções que foram estipuladas no contrato, enquanto que, no arrendamento, está implícito o pagamento de uma quantia fixa, em dinheiro ou em produtos, aos proprietários da terra. Em Mocajuba, são em torno de 10% que tem no máximo 10 hectares, segundo Gomes (2002) e Ferreira (2004).

Empregados assalariados: incluem-se nestes grupos os feitores, tratoristas, motoristas, mecânicos, retireiros, moradores, colonos, agregados, mensalistas, enfim, as mais variadas formas em que se estabelecem às relações de trabalho na agricultura brasileira. Em Mocajuba, são em torno mais de 1000 mil homens e mulheres de uma população vivem economicamente da agricultura de 4100, segundo Gomes (2002), Ferreira (2004) (ver no sub-capítulo seguinte no Quadro 11: *Eficiência por setor de atividade do trabalho principal em Mocajuba*).

Graziano da Silva (2002) restringe sua classificação em três grupos de agricultores: os **grandes proprietários** que são os capitalistas agrários, as **empresas familiares** e os **produtores camponeses**. Além disso. O autor destaca o surgimento, no Brasil, do **produtor part-time** (o trabalho em tempo parcial na agricultura, conhecido na literatura como *part-time*, ocorre quando os indivíduos dedicam apenas parte do seu tempo de trabalho na execução da atividade

agropecuária, disponibilizando sua força de trabalho para outras atividades, dentro ou fora do estabelecimento agrícola. O agricultor em tempo parcial ocupa-se em outras tarefas para obter renda complementar, seja através do trabalho na agricultura ou em outras atividades. Em outras palavras, ele se torna um indivíduo pluriativo). Este tipo de produtor é predominantemente nos países do *Primeiro Mundo*, mas, segundo Graziano Silva (2002), vem se consolidando no Brasil.

Kageyama&Bergamasco (2001), por sua vez, estabelecem quatro grandes grupos de estabelecimento:

- Os puramente familiares: unidades geralmente pequenas, que absorvem, em média, o trabalho de quase quatro pessoas;
- Os familiares com temporários: nos quais o uso do trator e a produtividade são menores do que nos familiares puros de mais de 10 ha, embora as áreas médias estejam bastante próximas. Não se exclui, no entanto, a presença de estabelecimentos tecnificados e modernos neste grupo;
- Há ainda o grupo das empresas que, segundo as autoras, representam o segmento mais moderno da agricultura, operando com elevados níveis de produtividade do trabalho, em grande escala e alto uso de mecanização;
- Por último os estabelecimentos de menos de 02 ha sem mão-de-obra.

Estas autoras subdividem os três primeiros grupos, resumidamente, da seguinte forma:

1. Estabelecimentos puramente familiares:

- Pequenos estabelecimentos familiares puros com menos de 50 ha (dependendo da região, no caso amazônico), apresentam um grau de autoconsumo elevado (23% do valor da produção), e sua vinculação ao mercado de produtos é fundamental na composição de suas receitas. Segundo Gomes (2002) e Ferreira (2004), em Mocajuba com 96% das receitas provêm da venda de produtos. Operam, em média, com elevadíssimos rendimentos da terra e baixa produtividade de trabalho. Para Gomes (2002) e Ferreira (2004) são em torno de 89% em Mocajuba.

- Estabelecimentos familiares puros de mais de 50 ha chegando até 100 ha em algumas regiões (Amazônica), utilizam exclusivamente mão-de-obra familiar não remunerada, porém, o tamanho médio, da propriedade é de 59 ha. Caracteriza por maior uso de trator e maior produtividade do trabalho. Segundo Gomes (2002) e Ferreira (2004), em Mocajuba, o grau de autoconsumo é o mais elevado de todas as categorias (16,3% do valor produzido) e a venda de produtos compõe quase a totalidade das receitas.

2. Estabelecimentos familiares com temporários.

- Grupo que, segundo as autoras Kageyama&Bergamasco (2001), no Brasil apresenta características intermediárias entre os grupos familiares puros e os empresariais e, segundo Gomes (2002) e Ferreira (2004), em Mocajuba embora o elevado autoconsumo de 18% e o pequeno número de empregados temporários por estabelecimento o aproximem mais do grupo dos familiares puros do que das empresas.

3. Empresas.

- Empresas familiares: com áreas médias de 213 ha, 39% da mão-de-obra é familiar, não remunerada e quase um quarto do pessoal ocupado são assalariados permanentes. Segundo Gomes (2002) e Ferreira (2004), em Mocajuba o autoconsumo é baixo de 9% do valor da produção e o uso de tratores é bem maior, significando um grau de modernização bem maior que o dos grupos anteriores. Segundo Gomes (2002) e Ferreira (2004), em Mocajuba apresentam ainda uma outra subdivisão: empresas familiares extensivas, destinadas à pecuária, ao extrativismo e à especulação (reserva de valor) e têm apenas 35 unidades desse tipo no município. No Brasil, utilizam quase 14 milhões de hectares, ocupam menos de 1% das pessoas, gerando menos de 2% da produção municipal, mas em Mocajuba não chega 0,9%. O tamanho médio é de 1.424 ha por estabelecimento e em Mocajuba. A outra parcela deste grupo, as empresas familiares intensivas, são consideradas pelas autoras Kageyama&Bergamasco (2001) como o segmento moderno e de ponta da agricultura brasileira,

responsáveis por 14% da produção total. No entanto, menos de 10% das pessoas ocupadas desfrutam destas condições mais modernas de produção e, segundo, Gomes (2002) e Ferreira (2004) são apenas 03% em Mocajuba.

- Empresas capitalistas - ocupam quase 60% da área total da agricultura brasileira, absorvem 48% dos tratores e geram 50% do valor da produção, com apenas 26% do pessoal ocupado total. São grandes estabelecimentos, operando com alta produtividade do trabalho, mas de forma mais extensiva do ponto de vista do uso da terra. São também subdivididos em empresas capitalistas extensivas, que possuem em média 1.777 ha de área, ocupam cerca de 60 milhões de hectares e representam apenas 9% da produção total e podem ser entendidas como o segmento *improdutivo-especulativo* da agricultura brasileira. As empresas capitalistas não intensivas, por sua vez, geram, sozinhas, 40 % da produção agrícola total. Segundo Gomes (2002) e Ferreira (2004) dentro desse enquadramento e quase inexistente em Mocajuba.

O IBGE (2002), em recente estudo, considera três categorias para diferenciar internamente os agricultores familiares, cada uma delas assim definida:

Agricultores consolidados. São aqueles cuja atividade permite não só a reprodução da família, mas também algum nível de investimento e acumulação. Sua renda de operação agrícola é superior a US\$ 4.200/família/ano (incluindo a renda atribuída ao consumo de subsistência). Correspondem a aproximadamente um terço do universo pesquisado e Mocajuba fica em torno de 36% segundo Gomes (2002) e Ferreira (2004).

Agricultores em transição. São aqueles que vivem da agricultura, mas que não conseguem realizar investimento e que, portanto, encontram-se ameaçados de declínio em sua situação socioeconômica. A idéia de transição procura enfatizar o fato de que este declínio não é uma fatalidade e que o agricultor possui base para melhorar seu desempenho caso possa realizar alguns investimentos na propriedade. Sua renda líquida fica entre 2.400 e US\$ 4.200/

família/ano (incluindo o autoconsumo). Um terço dos agricultores pode ser enquadrado nesta categoria e Mocajuba fica em torno de 32% segundo Gomes (2002) e Ferreira (2004).

Agricultores em exclusão. Apesar de sua importância social é também um terço dos agricultores e Mocajuba fica em torno de 33% segundo Gomes (2002) e Ferreira (2004), sua renda não é suficiente para que vivam das atividades realizadas no interior do próprio estabelecimento. Sua renda (inclusive a de autoconsumo) situa-se abaixo de US\$ 2.400/família/ano.

Semelhante interpretação é feita pela FAO (2002, p. 23) que, no entanto, substitui a categoria de agricultores em exclusão pela categoria cujos estabelecimentos “*são mais locais de residência e subsistência de uma mão-de-obra desempregada ou subempregada do que propriamente empresas do setor agropecuário*” e, além disso, este segmento abriga os agricultores sem terra. Para efeitos deste estudo, entretanto, optei por utilizar o trabalho de tipologia desenvolvida pela SAGRI/PA (2003) para região Tocantina no Estado do Pará, considerando que este estudo procura esclarecer as transformações nas categorias de agricultores familiares em função dos processos de educação rural e da EJA ocorrida no campo.

O referido trabalho da SAGRI/PA analisa e identifica os sistemas de produção predominantes na região Tocantina e conclui que eles são originários de dois sistemas de destaque desde a do século XIX: o sistema extrativista de madeira, o sistema de produção de bens-salários (mandioca, arroz, feijão e milho) e a criação de animais em terras de uso coletivo.

Estabelecidas quatro categorias de agricultores, a SAGRI/PA (2003) separa cada uma delas em subcategorias. Assim temos:

1. Agricultor Simples. Têm na terra e no trabalho familiar os principais recursos produtivos. Apresentadas duas subcategorias: agricultor simples parceiro e agricultor simples proprietário – em função de significativas diferenças internas:

[...] uma primeira diferença corresponde ao acesso a terra, isto é ao acesso ao seu Laboratório natural, dando lugar a duas grandes

frações camponesas [...] Aquela que permanece proprietária da terra e aquela que passa a ter acesso a toda ou parte da área que explora, através da pequena parceria e arrendamento [...] Outra diferença que merece destaque, embora de origem relativamente recente, diz respeito à elevação do *capital constante* distintamente no interior das duas frações [...], isto é, à alteração da base técnica de produção diferencialmente no bojo das frações camponesas [...] nesta categoria [...], encontramos [...], no limite superior, camponeses proprietários cujo capital constante já adquire certa importância e se origina na sua maior parte do meio urbano industrial [...] Todas essas unidades [...], todavia continuam fundamentalmente camponesas (SAGRI/PA, 2003, p.16).

2. **Agricultor semi-assalariado.** Originário daquela fração camponesa que se decompõe para baixo, pois os recursos produtivos disponíveis reduzem-se a tal ponto que são insuficientes para a reprodução da família. Separa-se também em duas subcategorias - *produtor semi-assalariado com venda de força-de-trabalho*, temporariamente vinculado à atividade agrícolas em estabelecimentos de terceiros e *produtor semi-assalariado com renda urbana*, com ingressos monetários vindos da cidade particularmente na forma de aposentadoria.

3. **Empresa Familiar.** Representada pela fração camponesa que se decompõe para cima, caracteriza-se por uma maior contratação de força-de-trabalho alheia e/ou incremento do *capital constante*, expandindo assim a capacidade de trabalho consegue aumentar o tamanho da exploração e seus vínculos com o mercado capitalista. Aqui também podem ser identificadas duas subcategorias: a empresa familiar mecanizada e a empresa capitalista não mecanizada

Diante desta forma de classificação da SAGRI/PA (2003) na região Tocantina do Estado do Pará, posso afirmar que os agricultores familiares com os quais estou estudando, em sua grande maioria, são filhos de agricultores simples, ainda proprietários de terra de tamanho pequeno e médio (entre 10 a 50 hectares). Convém, no entanto, ressaltar que esta é uma categoria em fase de mudança podendo decompor-se tanto para cima como para baixo, tendo em vista que:

[...] as definições acima não pretendem estabelecer percursos lineares na passagem de uma categoria para outra. Noutra

palavras: o caminho da proletarização de uma unidade empresa familiar; por exemplo, não precisa necessariamente manifestar os processos de diferenciação e decomposição da unidade camponesa [...] Isto equivale a dizer que as transformações podem dar-se por saltos, sem etapas intermediárias [...] O mesmo vale entre sub-categorias ou frações de categorias (SAGRI/PA, 2003, p.18).

Este cenário me remete à necessidade de discutir a especificidade da agricultura familiar na Amazônia entrelaçado com os aspectos sócio econômico de Mocajuba. O que farei na seqüência.

2.3- AGRICULTURA FAMILIAR NO CONTEXTO LOCAL

Existe um discurso de que agricultura familiar parece coisa do passado, atrasada, sem importância. Veiga (2003) sustenta que em um país como o Brasil, dominado por grandes propriedades - muitas extremamente modernas e competitivas, e muitas ainda improdutivas - parece um anacronismo falar em pequenos agricultores que trabalham a terra com base no esforço da família, e no comando do trabalho temporário de diaristas.

Abramoway (2003) divisa que a imagem difundida no Brasil é a de agricultores de subsistência, que resistem ao progresso e insistem em produzir alimentos básicos para consumo próprio; que reagem às recomendações técnicas dos especialistas, que têm “medo” de tomar crédito e de inserir-se na competição dos mercados.

Dos 11 AFE entrevistados, 06 declararam que tinham medo até de entrar numa agência bancária para requerer crédito agrícola. Um relato do presidente do SINPRUM situa essa circunstância:

[...] a agricultura familiar tinha que ficar mostrando tudo que não podia, já os grandes fazendeiros iam lá no BASA e no Banco do Brasil tudo era facilitado [...] Era assim mesmo [...] aqui em Mocajuba a gente [SINPRUM] participou muito dos Gritos do

Campo² no início dos anos 90 [século passado] porque a gente já não agüentava mais tanta coisa porque a burocracia deixava a gente totalmente doido e era contra o pequeno agricultor da agricultura familiar [...] o FNO só foi melhorar quando a gente [sindicatos rurais no Pará] lutou contra tudo isso.

Essa democratização do FNO é analisada por Tura (COSTA & TURA, 2000, p. 34-35-36):

[...] o FNO traz outra marca que o diferencia das demais políticas regionais. Ele não foi apenas instituído por Lei, foi principalmente fruto de intensas mobilizações de produtores familiares rurais, que buscaram adequá-lo à sua realidade, tornando-o acessível à categoria [...] nos anos 90, a luta pela democratização do acesso de pequenos produtores ao FNO transformou-se numa das principais bandeiras de luta, por meio das manifestações dos *Gritos* [...] Inicialmente, as normas de aplicação do FNO estabelecidas pelo BASA não o diferenciavam do usual. Crédito rural, o que limitava o acesso de produtores familiares rurais. Os principais empecilhos eram: 1) o excesso de documentação exigida, de que a maioria não dispunha (ex: título de propriedade e cadeia dominial); 2) a configuração dos critérios de classificação das categorias de produtores, que permite o enquadramento de grandes produtores nas condições de pequenos produtores; 3) as garantias bancárias exigidas e os encargos financeiros altos, que excluía os segmentos sociais não capitalizados [...] diante disso, uma articulação de entidades sindicais, ONGs e parlamentares de esquerda elaboraram uma proposta para as normas de aplicação do FNO. Neste sentido, destacavam-se os seguintes pontos: 1) garantia bancária: todas as possíveis, com exceção da hipoteca da terra, para os mini e pequenos produtores; 2) encargos financeiros: redução nos juros e na correção monetária; 3) correção monetária na forma de equivalência em produtos; 4) critérios de classificação dos produtores: conjugação obrigatória de fatores como a renda bruta, modelo rural e natureza do trabalho; 5) redução da documentação exigida; 6) seguro agrícola; 7) assistência técnica gratuita.

² Os gritos foram: “Mobilizações de trabalhadores rurais, nas grandes cidades (capital e cidades-pólo), num determinado período de tempo preestabelecido (em torno de três a cinco dias, a se estender mais, conforme o encaminhamento das negociações) articuladas pelo MSTR e apoiadas por ONGs, com a reunião de diversas organizações da categoria na formulação de propostas para uma pauta comum de reivindicações e na negociação com o Estado e o patronato, tomando como base uma concepção de desenvolvimento que se contrapõe ao modelo vigente” (COSTA&TURA, 2000, p.37)

Em Mocajuba, uma liderança sindical, 68 anos, da Associação de desenvolvimento Rural das Comunidades Angu e São Bento acredita que progrediu do seu modo junto com a luta pelo FNO e “*não como os governos querem*” porque:

Se não fosse a gente lutar pelo FNO, eu acho ainda que até hoje a gente estaria nas mãos dos ricos e do governo [...] eles ficaram pensando que a gente é atrasado e não sabe luta e trabalhar com crédito [...] eu via com eles falavam esse pessoal do BASA e do governo [estadual] [...] Não acho que sou atrasado. Não acho mesmo. Outros até me podem achar, mas eu não me acho [...] Se o senhor olhar o que tinha há dez anos atrás e o que hoje eu tenho. Eras, é muita coisa! Vou aos pouquinhos em pouquinho fazendo minhas coisas. Só que tem vezes que chega aqui o pessoal da EMATER dizendo isso e aquilo. Só ouço. Primeiro que não posso produzir como eles querem. Sempre tem que ter um dinheiro mais. Depois, o senhor sabe, eu não vivo só da roça [é aposentado]. Agora se o pessoal dos governos ajudasse mesmo, eu seria outro. Sabe por quê? Porque toda vez que eles vem aqui, eles dizem que tem ser assim e assado. Se eles me ouvissem, eu faria muita coisa boa aqui na minha roça. Só que eu já estou ficando muito velho e eles nunca vão me ouvi. Ano passado [2003] paguei direitinho pro custeio do meu FNO no projeto da pimenta [do reino]. Esse ano eu vou pagar também direitinho. É o que posso fazer de melhor. Tenho dois mil pés de pimenta [do reino], 300 pés de cacau e 2 hectares de mandioca e milho. E muito açaí espalhado no igarapé daqui do terreno [sua propriedade] [...] Pronto, tá bom demais. Por isso, que eu digo pro senhor que eu cresci muito e com minha aposentadoria e só vou melhorar ainda mais.

Outro agricultor familiar e também liderança sindical, 49 anos, da Associação da Comunidade de Vila Pires acredita:

[...] nossa luta pra melhorar o FNO foi muito importante pra nós daqui de Mocajuba [...] muita gente foi pra Belém e Cametá grita pelos nossos direitos [...] eu só fui uma vez e fez muito barulho lá em Belém [...] Porque eu lembro que no tempo do Sarney e do Collor o negócio era complicado para todos nós pequeno agricultor e depois de muita luta a coisa melhorou [...] tem coisa que a gente não sabe explicar, tem outras que a gente sabe [...] depois de dois anos pra cá, eu tenho melhorado. Eu vou lhe explicar. Antes eu não era filiado no sindicato [SINPRUM] e pouco sabia desse negócio de FNO e Pronaf. Meu pai trabalhou a vida toda e nunca ganhou um crédito em banco. O Papai tinha era medo de banco.

Porque diziam que eles tomavam tudo da gente. Não é o que diziam? Eu mesmo durante muito tempo acreditei nisso. Aí eu participei de uma reunião do sindicato. Foi muito boa. Foi em 2001. Veio um homem do Banco do Brasil e falou que nós tinha direito ao Pronaf. Um projeto que podia financiar mil pés de pimenta [do reino]. Conversei com a minha velha [esposa] e aceitamos esse negócio. Depois veio o dinheiro pro custeio. Quando vendi a pimenta, fiquei com um trocado. Pouca coisa. Mas, foi à primeira vez que ganhei de verdade dinheiro com a pimenta [...] Eu tenho agora o FNO e plantei cacau e cupuaçu [...] só que eu não vivo só da roça. Tem que arranjar um bico [trabalho extra-agricultura]. Na minha casa, meu filho mais velho trabalha comigo como pedreiro em Mocajuba. Tem vezes que tem trabalho, tem meses que a gente passa em branco [sem trabalho]. Minha mulher trabalha também aqui na roça e na cidade [zona urbana de Mocajuba]. Ela dia de sábado faz faxina na loja do tio dela. Se não tivesse isso à coisa seria pior. Eu acho que quando eu aumentar minha roça e meu pimental, as coisas vão melhorar.

Mais outro agricultor familiar e do mesmo modo liderança sindical, 34 anos, da Associação de Desenvolvimento Rural da Travessa Pantoja é ainda mais otimista:

[...] Olhe, eu já fui de todos os tipos de trabalho [...] Hoje eu só estou na agricultura [...] porque eu lutei muito com muitos companheiros aqui em Mocajuba e no Estado para que a gente tivesse o FNO na nossa mão [...] Foi a melhor coisa que eu fiz, ficar só na agricultura [...] Antigamente eu era mais carpinteiro do que agricultor. Durante a semana, eu trabalhava em Mocajuba e sábado e domingo eu trabalhava aqui na roça [...] Era uma vida dura [...] Dura mesmo [...] Em 2000, com ajuda do meu compadre xxx, eu parti para ajeitar meu terreno aqui [...] Plantei dois hectares de mandioca, duas tarefas de milho, feijão da colônia e consegui financiamento pra plantar três mil pés de pimenta [do reino]. Foi pelo Pronaf e pelo FNO. Aí mudou muito a minha vida. O senhor nem pode acreditar. Até minhas dores de cabeça sumiram [...] Em 2001, eu não consegui pagar direito o FNO, renegocieei a dívida. Nesse tempo minha mulher pariu o meu melhor [filho] e as coisas ficaram um pouco danadas [complicada]. Agora eu e minha mulher [esposa] fazemos muita farinha e cesta de artesanato [...] Eu posso dizer que a vida que eu levava em Tucuruí, eu não quero mais. Aí eu tenho muitos sonhos que posso realizar na minha terra. Lá eu não tinha mais sonhos. Trabalha feito um cão cheio de fome e brigava por tudo [...] Além de ganha um salário de fome, eu vivia com a minha mulher e meus dois primeiros filhos [hoje ele tem três filhos] num barraco alugado que dava dó de ver [...] Aqui eu sou senhor do que eu penso e faço [...] Vejo meu filho mais velho [11 anos] tá 5ª série [ensino fundamental], outro [filho] tá na

3ª série [ensino fundamental], [...] se eu tivesse em Tucuruí, não sei isso ia acontecer.

Entre os 18 entrevistados (10 AFE e 08 lideranças comunitárias e sindicais), 16 acreditam que as coisas vão melhorar nas suas vidas se eles optaram em ficar em suas terras e trabalham ainda mais nas roças, porque as coisas estão mudando no país e principalmente na agricultura, mesmo acreditando que a vida é penosa no campo porque invariavelmente eles fazem comparações com o que era a agricultura familiar antes e o que é hoje. Os outros 02 AFE não quiseram opinar.

Nos últimos 10 anos, segundo Abramoway (2004), isso demonstra e indica que o uso intensivo de certos fatores, principalmente do esforço familiar na busca pelo crédito, permitiu a uma parte dos agricultores superar as restrições estruturais, sobreviver e gerar renda, ocupação e produção de alimentos e matérias-primas. Ferreira (2004) indica que esse quadro desmistifica o caráter idílico que muitos querem atribuir à agricultura familiar, e revela que de fato o agricultor é familiar em grande parte por sofrer uma restrição forte na área de terra disponível para cultivo com grandes tecnologias de ponta. Veiga (2003, p. 93) defende o pensamento que nos anos 70 e 80 do século passado à questão fundiária complexa “*jogava*” muito dos agricultores que vendiam suas pequenas propriedades no sul do país a migrarem para Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará e sudoeste da Bahia e são hoje, na grande maioria, grandes agricultores e líderes do moderno agronegócio brasileiro porque “*os tempos eram outros*” e também porque:

[...] as terras na fronteira eram acessíveis, o crédito abundante e barato, a política de preços mínimos contribuía para reduzir riscos e assegurar renda. De qualquer forma, é evidente que esta trajetória só se aplica a alguns poucos, e a grande maioria continua enfrentando restrições e dificuldades para sobreviver em mercados cada vez mais competitivos e exigentes. O mesmo estudo revelou que em 10 anos mais de 01 milhão de agricultores familiares foram expulsos do campo e certamente a grande maioria já não encontra ocupação nos meios urbanos. Resultado: conflitos agrários e tensão social, no campo e nas cidades.

E porque, segundo Costa (COSTA&TURA. 2000, p. 82):

A evolução da intervenção estratégica do Estado na fronteira agrícola amazônica demonstra claramente a preferência pelas empresas capitalistas. Mais ainda: pelas maiorias entre estas. Já a análise da natureza dos instrumentos fundamentais mobilizados – uma generosa política de incentivos fiscais e uma política de terras que favoreceu as grandes apropriações, em adição à política de crédito oficial já estabelecida no país, a qual aqui vai ter papel coadjuvante – não deixa dúvidas quanto a esse fato.

Acontece que em Mocajuba, como já examinado sub-capítulo anterior, a questão fundiária é bem diferente do quadro nacional e estadual, porque com uma maior propensão do minifúndio, a agricultura familiar mocajubense tem em média 29 hectares, contra uma área média dos estabelecimentos familiares no Brasil que é de 26 hectares e do Pará que é de 27,7 hectares (IBGE. 2004). O IBGE (2004) acrescenta que os agricultores familiares mocajubense obtêm uma média de R\$ 58/ha de Renda Total, valor quase cinco vezes superior à dos agricultores patronais mocajubenses, que obtêm uma média de apenas R\$ 12/ha/ano. Em relação ao Pará e Brasil, os agricultores familiares respectivamente obtêm uma média de R\$ 48/ha e R\$ 51/ha de Renda Total.

Mesmo com uma maior equidade na questão fundiária, Mocajuba vive voltada economicamente na agricultura sob o domínio da monocultura da Pimenta-do-reino. Levantamento feito pelo BASA (2003), em 2002, aponta que 89% dos agricultores familiares plantam e colhem Pimenta-do-reino. O GESPLAN (2004, p. 310) demonstra que os desempenhos agrícolas em Mocajuba são marcados em três conjunturas:

-Em crescimento: A banana, apesar da diminuição de 40% na área colhida no último ano da série em análise, atingiu um crescimento de 500% na quantidade produzida e de 59% no valor da produção. O coco-da-baía duplicou a área colhida e a produtividade entre 2000 e 2001. A Pimenta-do-reino registrou o significativo crescimento de 460% na área colhida, correspondendo a uma expansão de 833% na quantidade produzida e de 700% no valor arrecadado com essa produção. O excelente desempenho dos dois últimos produtos é reflexo dos investimentos financeiros realizados nos últimos anos; - Em estabilidade: O cacau experimentou aumento de mais de 100% na sua área colhida entre 1997 e 2001 e de mais de 65% na sua produtividade, no período de 1997-98. Todavia, a partir desse período vem mantendo ritmo

estável em área colhida, produtividade e valor da produção; - Em decréscimo: encontra-se nessa situação a cultura da laranja, registrando quedas em torno de 80%, tanto na produtividade quanto no valor da produção.

O Presidente do SINPRUM avalia esses dados agrícolas:

[...] os três últimos anos [2001, 2002 e 2003] o crescimento da agricultura [de Mocajuba] aumentou seu potencial porque ocorreu que os produtores, principalmente os familiares, lutaram pelo crédito. Nós fizemos mais de 10 reuniões com as diretorias do BASA e do Banco do Brasil, em Belém, e 06 aqui em Mocajuba. Envolvemos a EMATER e a EMBRAPA e hoje são mais de 25 associações rurais ligadas ao SINPRUM [...] Aí nós no ano passado [2003] conseguimos vários projetos para vários associados para plantar 1000 (mil) pés. Ainda esse ano [2004] nós vamos conseguir discutir a safra de 2005, para plantar cacau e o custeio da própria Pimenta [do-reino].

Nos 04 anos em Mocajuba, segundo o BASA (2003), as medidas de política passaram a reconhecer a importância da agricultura familiar, principalmente por programas de crédito como o FNO e o PRONAF. Entretanto, o BASA (2003, p. 12) coloca que: “[...] *Mas é preciso reconhecer que o crédito ajuda, mas não é tudo. Sem tecnologia o agricultor familiar não consegue manter-se competitivo, e não conseguirá sobreviver*”. O SINPRUM (2003, p. 05) sustenta igualmente que:

[...] para sobreviver, muitos agricultores familiares mocajubense dependem de rendas externas ao estabelecimento agrícola, como aposentadorias, venda de serviços em outros estabelecimentos (familiares e patronais) ou atuando em atividades não agrícolas [...] nós, agricultores familiares precisamos aumentar nossos horizontes além do crédito.

Mesmo assim, a agricultura familiar é a principal geradora de postos de trabalho em Mocajuba, entretanto, uma parte das pessoas ocupadas na agricultura familiar não consegue obter uma renda mínima unicamente por meio de seus estabelecimentos (GESPAN, 2004; FERREIRA, 2004, GOMES, 2002).

Em Mocajuba, Gomes (2002, p. 28-29-30-31), num estudo sobre a evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural mocajubense entre 1981-1995, baseado nos dados das PNADs, lembra que o processo de urbanização

relativamente acelerado e muitas vezes induzido por força de lei (transformação de áreas rurais em urbanas), revela novas formas de geração de ocupações e renda, pois, o fornecimento de serviços públicos de forma contínua e cada vez mais ampla aos cidadãos com demanda de quantidades crescentes de mão-de-obra:

[...] As ocupações geradas nos setores de serviços públicos e/ou privados em Mocajuba, paralelamente à agricultura, refletem-se na valorização do espaço rural, podendo impulsionar a economia local [...] A reorganização dos processos de produção e trabalho rurais nas últimas décadas em Mocajuba vem provocando interações cada vez mais intensivas entre as atividades organizadas no meio rural e urbano [...] Pode-se dizer que há uma espécie de “*continuum* rural-urbano” no espaço rural mocajubense e isto de certa forma sobrepõem algumas barreiras que, até pouco tempo, impediam a proliferação de certas atividades no meio rural. [...] [Entretanto], esta nova configuração sócio-econômica é diferenciada tanto ao nível das comunidades, quanto nos diversos grupos da população rural.

Neste sentido, entre outros autores, Marsdem (1998, *apud* SILVA, 1999, p. 04) define como importante uma nova forma de regulação do Estado para as atividades no meio rural, incluindo questões ambientais, dos recursos naturais, do bem-estar social, do desenvolvimento rural, e outros.

Para Marsdem (1998, *apud* SILVA, 1999, p. 07), existem dois grandes pontos nevrálgicos na atualidade rural brasileira e dentre eles: 1) um se destaca justamente pela nova composição das atividades rurais; 2) as áreas rurais vêm aumentando suas ligações com atividades de consumo fora da produção agrícola, tais como o lazer, turismo, preservação do meio ambiente e outros. Assim, tanto o comércio quanto os serviços representam novas formas de ocupação e de geração de renda, que esporadicamente independem das relações evolutivas da indústria e agricultura, podendo autonomamente gerar riqueza.

Em Mocajuba, as ampliações no fornecimento de serviços públicos e sociais têm se convertido em oportunidades de emprego para a população rural e muitas vezes acabam se transformando na principal fonte de renda das famílias mocajubense. Gomes (2002, p. 38), ao analisar as oportunidades de emprego em

Mocajuba, “acredita que tais serviços também impactam no comércio, uma vez que a renda é irradiada pelos diversos ramos do consumo familiar mocajubense”.

Gomes (2002, p. 98) acrescenta que “esses serviços visam, sobretudo, o combate ao analfabetismo, a melhoria da infra-estrutura local e os investimentos em saúde pública”. Entretanto, deve-se ressaltar que devido às disparidades sócio-econômicas existentes em Mocajuba, Gomes (2002, p. 102) alerta que “essa dinâmica mocajubense é mais intensiva em algumas comunidades agrícolas do que em outras, onde são praticamente imperceptíveis”.

Recentemente, vêm surgindo novas atividades agrícolas e não-agrícolas em escala comercial em Mocajuba (PMM, 2004), que tem aumentado relativamente o emprego agrícola³, quais sejam: piscicultura, criação de aves nobres, criação de animais exóticos para corte, produção orgânica de ervas medicinais, produção orgânica para o mercado internacional diferenciado, produção de verduras e legumes para as redes de supermercados e *fast food*, floricultura e mudas de plantas ornamentais, fruticultura de mesa, produção de sucos naturais e polpa de fruta congelada (maracujá), reprodução de plantas extrativas, cultivo de cogumelos e outras.

Contudo, Gomes (2002, p.129) adverte que:

[...] Estas iniciativas não têm significado aumentos reais na demanda por mão-de-obra, mas sim, servem para revitalizar o nível de renda de algumas famílias e/ou empreendimentos agrícolas e absorver somente parte da população rural mocajubense ociosa e excluída pelo modo de produção em pequena e média escala [...] Sendo assim, quanto maior o nível de desenvolvimento de Mocajuba, mais freqüentes são as ocupações não-agrícolas no meio rural [...] Em Mocajuba, mesmo com uma situação fundiária equânime, o desenvolvimento rural é extremamente desigual em termo de capacitação financeira, e as rendas agrícolas em muitas comunidades são significativamente inferiores às auferidas nas poucas regiões desenvolvidas de Mocajuba, prevalecendo a pluriatividade. Por isso, quando são

³ O termo “novas” se refere tanto a implantação de novos produtos agrícolas, quanto a antigas atividades que ganharam cunho comercial, deixando de serem atividades para autoconsumo ou *hobby* para se tornarem lucrativas e grandes ocupadoras de mão-de-obra devido ao seu caráter intensivo.

consideradas todas as rendas das ocupações rurais em Mocajuba, percebe-se que nem mesmo as rendas não-agrícolas das famílias pluriativas⁴ são relevantes na composição da renda total das famílias, por serem pouco qualificadas e, conseqüentemente, de baixa remuneração. Ademais, as situações em que as rendas agrícolas são pouco expressivas, em decorrência das secas, crises estruturais da Pimenta-do-reino, em conjunto com as rendas não-agrícolas pouco significantes; as rendas exógenas, tais como aposentadorias e outras transferências do governo, passam a ter um peso significativo na formação da renda total familiar rural mocajubense.

Também em Mocajuba (GOMES, 2002; SAGRI/PA, 2003; GESPA, 2004, FERREIRA, 2004), houve um processo de “urbanização” do meio rural brasileiro, que provocou um aumento da oferta de ocupações não-agrícolas e, conseqüentemente, da pluriatividade, especialmente com queda da Pimenta-do-reino na metade da década de noventa do século passado.

Com isto, observou-se a geração de rendas não-agrícolas comumente superiores às rendas agrícolas, que acabaram auxiliando na fixação do homem ao campo. Gomes (2002, p. 84), ainda baseado nos dados das PNADs, destaca a importância dos serviços sociais e do setor público na geração de ocupações não-agrícolas, principalmente “*porque denotam uma das essências da urbanização do meio rural de Mocajuba*”. Dos 11 AFE entrevistados, todos tem algum parente que esteja empregado entre os serviços sociais e do setor do público. Numa análise comparativa, pode-se avaliar que este período (1981-1995), para as ocupações principais das pessoas⁵ nos setores de atividade, a Administração Pública e Educação/Saúde/Serviço Social obtiveram as taxas de crescimento mais significativas; no Brasil 5,4% e 3,6% e em Mocajuba 8,0% e 4,5% ao ano respectivamente. Quanto às ocupações *strito sensu*, ou seja, não nos setores de atividade, mas simplesmente as ocupações, no Brasil cresceram, sobretudo - Ajudantes Diversos (9,8%) e Ambulante e outros (9,0%); e em Mocajuba – professores de nível fundamental e serviços sociais do setor público (16,6%) e

⁴ São famílias que absorvem as rendas oriundas de atividades agrícolas e não-agrícolas

⁵ Aquela que demanda mais horas de trabalho e fornece maior renda às pessoas.

Indústria extrativa, indústria de transferência e distribuição de eletricidade, gás e água (7,6%) (IBGE, 2004).

QUADRO 05
EFICIÊNCIA POR SETOR DE ATIVIDADE DO TRABALHO PRINCIPAL - 2004

SETORES DE ATIVIDADES	População
Agricultura	4.101
Comércio	901
Indústria extrativa, indústria de transferência e distribuição de eletricidade, gás e água.	676
Educação	650
Alojamento e alimentação	478
Construção Civil	457
Serviços domésticos	319
Transporte, armazenagem e comunicação.	283
Saúde e serviços sociais públicos	234
Outros serviços públicos, sociais e pessoais.	219
Administração pública, defesa e seguridade social.	190
Atividades mal definidas	39
Total	8.549

FONTE: IBGE. 2000 / PMM, 2005.

Diante desses dados estatísticos e por encaminhamento, o presidente do SINPRUM alude que a saída seria melhorar ainda mais a agricultura, através de tecnologia de ponta e infra-estrutura logística:

[...] Uma coisa que nós temos dito pra melhorar nossa agricultura de forma bacana é ampliar a energia elétrica na maioria das propriedades que hoje é um privilégio para poucos agricultores familiares [...] Não podemos ficar assim sem eletricidade, principalmente pra armazenar nossos produtos e fazer irrigação no verão [...] outra coisa é quando ajeitar os ramais e asfaltar de vez a PA-151 [estrada Mocajuba – Belém], a gente acha que isso pode aumentar a renda dos nossos filiados [...] Nossa idéia, em 2005, é também fazer com que melhore a assistência técnica, o uso de adubos e corretivos, melhoramento das mudas e sementes [...] Temos tido muitas conversas com a EMBRAPA desde 2002 e podemos dizer que daqui a 10 anos nós vamos ter uma maior diversificação da agricultura em Mocajuba e ficar menos dependente da Pimenta-do-reino [...] pode anotar aí que nós vamos diminuir nossa dependência da cultura da Pimenta-do-reino [...] temos que fazer isso [...] até porque temos que fazer uma enorme *força tarefa* com tecnologia e aí nós [agricultores] podemos aliviar em grande parte e avançar a agricultura de Mocajuba e crescer ainda mais.

Essa de fato é uma das prioridades da EMBRAPA no Estado do Pará, tanto que há vários convênios entre a PMM, SINPRUM e a própria EMBRAPA no sentido de assessorar tecnologicamente a agricultura familiar (EMBRAPA, 2004). Mas ao ser entrevistado, o presidente do SINPRUM fez várias indagações que julga ser pertinente porque a questão que se coloca é de que tecnologia que estamos falando para ampliar a renda do agricultor. Gomes (2002) demonstra que o estudo do perfil da agricultura familiar de Mocajuba revela que uma diversidade tão grande de sistemas produtivos, de estratégias de produção e sobrevivência, de condições estruturais e disponibilidade de recursos que seria impossível pensar em desenvolver tecnologias exclusivas para os agricultores familiares mocajubense.

A EMBRAPA (2004) alerta que, em grande parte, os que pensam em tecnologia apropriada se esquecem que vivemos em um mundo no qual o ritmo das transformações sociais, econômicas e tecnológicas é vertiginoso, e que a tecnologia apropriada de hoje será inútil amanhã, quando provavelmente começar a ser difundida entre os agricultores. Todavia, a EMBRAPA (2004, p. 22) sustenta que a possibilidade de sobrevivência dos agricultores familiares depende de sua capacidade de aproveitar aquelas tecnologias que “*melhor potencializam as suas vantagens competitivas*”, quais sejam, uma maior eficiência na obtenção de produtos cujas etapas produtivas exigem atenção e cuidados especiais e por isto eleva de maneira significativa o custo de monitoramento das unidades “*capitalistas*” baseados no trabalho assalariado.

Além disso, para EMBRAPA (2004), principalmente na Amazônia que é uma região com escassez de informações e tecnologia, a agricultura familiar facilita, na grande maioria das vezes, diversos arranjos cooperativos e associativos que combinam a competência familiar com a necessidade de contínuo intercâmbio de informação e tecnologia de ações conjuntas por parte de seus participantes cooperados e segundo Mourão (2000, p. 131) o estabelecimento familiar na Amazônia deveria atender para que:

[...] O sistema de produção familiar se constitui nas relações entre o grupo familiar e a base material de sua existência, no geral constituída de um lote rural, a qual denomina-se estabelecimento, formando assim um sistema família-estabelecimento agrícola (um sistema poderia ser definido como um conjunto de elementos inter-relacionados entre si, de forma dinâmica, em função de um objetivo). Este sistema sofre interferências internas e externas, que são fluxos de produtos, trabalho, informações e dinheiro, que dão por meio das relações dentro do estabelecimento e deste com o meio envolvente (comunidade, município, região) [...] o grupo familiar é quem determina as finalidades do estabelecimento agrícola e quem gerencia o sistema de produção, que é constituído por outros subsistemas inter-relacionados entre si (culturas, criação, extrativismo) que são conduzidos pelos grupos familiares para atender às suas finalidades [...] os sistemas de produção apresentam-se bastante diversificados, o que é uma característica peculiar da agricultura familiar na região amazônica, eu adota essa estratégica como forma de diminuir os riscos de perdas e racionalizar o uso da mão-de-obra.

Em Mocajuba, segundo o BASA (2003), a busca de conservação ambiental nos projetos do tipo Sistemas Agroflorestais (SAFs)⁶ dá um exemplo claro de vantagens da forma familiar de organização da agricultura: dificilmente se poderia garantir, com trabalho assalariado, o cuidado necessário para evitar quebras de acordos cooperativos e o fracasso dos programas conjuntos porque no sistema de produção agrícola nas pequenas criações normalmente estão presentes nos sistemas de produções desde o início de sua formação, assumido um importante papel na manutenção da família e em Mocajuba a importância das pequenas criações não está somente no fornecimento de alimentos, mas também na própria formação da renda família, principalmente nos primeiros anos do lote agrícolas (GOMES, 2002).

Ao se basear nas recomendações técnicas da EMBRAPA, o BASA (2004) acredita que elaborações de projetos voltados para agricultura familiar devem levar em consideração as necessidades e o potencial da formação da família e

⁶ Já existem 133 SAFs implementados em Mocajuba entre agricultores familiares, em propriedades de 25 ha, com culturas entre as Essências Florestais (Mogno africano e brasileiro, Ipê, Nim e Teca), com Frutíferas (cacau, cupuaçu, açaí, maracujá, etc...) e a Pimenta-do-Reino (SINPRUM, 2005; BASA, 2005; BANCO DO BRASIL, 2005).

reconhecer os conhecimentos dos agricultores familiares como elemento essencial para o desenvolvimento dos projetos requeridos em sistemas agroflorestais.

É por isso que o fato que hoje a “*força tarefa*” citada pelo presidente do SINPRUM é algo central da pesquisa agrícola para EMBRAPA (2004) que explora as fontes de economia em três caminhos básicos para agricultura familiar:

- A redução do risco de produção, representada pelos choques da natureza, do clima às doenças de plantas;
- A busca de um melhor aproveitamento das dotações naturais, em uma função de adaptação a diferentes condições edafo-climáticas;
- Pela avaliação e crescimento dos processos que compõem as etapas de um ciclo de produção agrícola, favorecendo a tecnologia de processo e produto de manejo ambientalmente produtivo⁷.

Com esses 03 caminhos básicos, a EMBRAPA (2004) acredita que as tecnologias não são neutras nem em relação à escala e nem às formas organizacionais da produção. A biotecnologia moderna atua nos 03 processos, e pode ou não favorecer os agricultores familiares; os conhecimentos de informática e geo-processamento, assim como as mecanizações, nos moldes praticadas no Brasil, favorecem as grandes produções agroindustriais, estreitando teoricamente, os espaços econômicos da “pequena produção”. A agricultura familiar, para o BASA (2003), tendo a inovação tecnológica ela interage com as regras dos mercados. A EMBRAPA (2004) cita um exemplo: a exigência legal do pré-resfriamento do leite no campo reduz vantagens do agricultor familiar neste ramo, e pode ser vista como um fator de destruição da pequena exploração leiteira, mas também como um incentivo à geração de formas cooperativas de compartilhar investimentos.

Outro exemplo para EMBRAPA (2004) é a produção de mudas teladas de citros não precisa resultar no fechamento de milhares de pequenas unidades

⁷ Em Mocajuba, desde 2002, a EMBRAPA desenvolve uma tecnologia para 20 agricultores rurais, comandada pelo pesquisador Ítalo Falesi, favorecendo o manejo da Pimenta do reino com essenciais Florestais (Mogno, Nim, Teca e Cedro).

produtoras de mudas de frutas, como ocorreu na Espanha na década de 90.

Diante disso, a EMBRAPA (2004, p. 123-123-128-129) julga que:

[...] A contribuição da ciência e da tecnologia foi fundamental para a modernização da agricultura brasileira, mas, ao mesmo tempo, trouxe um elevado nível de exclusão social. Num primeiro momento, houve uma substituição da mão-de-obra pela mecanização intensiva das tarefas agropecuárias [...] Mais recentemente, a exclusão passou a atingir os produtores rurais que não conseguem acompanhar os níveis tecnológicos do agronegócio, um processo agravado também pela desarticulação do sistema de difusão e extensão rural [...] O novo desafio para o setor de C&T envolve, além da busca de alternativas tecnológicas adaptadas às escalas e possibilidades da produção de pequeno porte, acima de tudo, o desenvolvimento dos conhecimentos capazes de viabilizar processos de gestão, de organização da produção, de adequação do aparato normativo (ambiente institucional), e de promoção da diferenciação de produtos, visando à criação de oportunidades de inserção competitiva dos agricultores rurais de economia familiar [...] Hoje o meio rural exige novas formas de inserção econômica, tanto em atividades agrícolas/agroindustriais quanto em atividades fora da agricultura, como na produção artesanal ou no turismo rural [...] É preciso, também, pensar em padrões de desenvolvimento agrícola diversificados e sustentável, que restaurem as condições ecológicas da produção e respeitem o potencial de cada ecossistema [...] Tudo isso implica um novo patamar de apoio em C&T para promover o bem-estar dos produtores da agricultura familiar.

O BASA (2003, p. 36) espera que a Região Tocantina, em especial Mocajuba, com tecnologia, ao contrário do que ela pode servir de “plataforma” para a multiplicação de vários tipos de mudas e pela intensificação do uso de técnicas de cultura como Pimenta-do-reino, açaí, cacau, banana, mandioca e essenciais florestais, com efeitos virtuosos sobre a qualidade dos produtos finais obtidos, atraindo assim novos consumidores:

[...] em novas formas de organização se origina da necessidade de criar capacitação continuada para enfrentar desafios postos pela própria dinâmica da relação entre agricultura e mercados consumidores, sempre respeitando os valores culturais dos agricultores rurais.

Veiga (2003) opina que além das questões tecnológicas da agricultura familiar, mesmo os que podem ser economicamente viáveis, enfrentam a restrição do tamanho da propriedade.

Neste sentido, Veiga (2003, p. 67) crer que a tecnologia apropriada para os agricultores familiares são aquelas que permitem a intensificação da geração de valor agregado em pequenas áreas, à redução da restrição colocada pela disponibilidade de mão-de-obra familiar e a exploração das vantagens organizacionais associadas à base familiar:

[...] Isto dá um espaçoso sentido à idéia de tecnologia para agricultura familiar, com respeito aos seus anseios e culturas. Em grande medida, essa tecnologia já existe, não requer maior esforço de pesquisa, e precisa apenas ser adaptada e disponibilizada para que depois ganhe créditos com alargamento de tempo e juros módicos [...] Em comparação com os anos 80, estamos tendo progressos na tecnologia, créditos para agricultura familiar no Brasil. Só que ainda falta muito.

Um AFE da Escola 04 (I) historiciza alguns avanços na Pimenta-do-reino no seu próprio plantio:

Eu comecei a conhecer Pimenta-do-reino desde criança porque meu tio tinha uma plantação desde da década de 70 [...] tem muita diferença como se planta hoje e como era antigamente [...] tem muita diferença mesmo [...] o tamanho da estaca e do espaçamento é bem diferente porque hoje uma estaca mede dois e meio metros e antigamente era quase dois metros [...] a praga atacava o pimental e não tinha jeito e hoje já nem se fala da praga e têm mais de três variedades que são resistentes a praga [...] hoje a gente tem consórcio da pimenta com várias outras culturas como feijão caupi, o Mogno, o Paricá, a Teca, o Nim, o Maracujá [...] eu posso dizer que mudou e muito do que era como a gente plantava e o que a gente planta hoje.

Veiga (2003) aquilata que ao lado do esforço de adaptação é preciso reconhecer que a agricultura familiar não pode ficar fora dos avanços que vêm sendo desenvolvidos pelas redes de pesquisa, incluindo a biotecnologia (transgênicos), a informática e os novos processos de gestão e monitoramento da produção, como por exemplo, o controle do florescimento e maturação de frutos, micro irrigação

etc. Deve incluir também pesquisas e medidas de política que reduzam os custos da agricultura orgânica e incentivem a indústria rural.

Em Mocajuba, a gestão e monitoramento da produção agrícola são verificados nos últimos 05 anos quando, segundo o Presidente do SINPRUM:

[...] Não adianta a gente ficar só pensando com que a gente conhece sobre Pimenta [do-Reino] e de outras culturas [...] não adiante mesmo [...] temos que pensar e o que nós queremos é cooperação tecnológica sem agredir nossa forma de viver [...] nos últimos 04 anos o que fizemos foi investir em tecnologia [...], mas muita coisa nós do SINPRUM fizemos [...] hoje temos mais de 25 Associações Agrícolas que participam de cursos e seminários sobre capacitação tecnológica [...] deu um trabalho grande demais, mas foi muito bom saber que nós hoje podemos dizer que isso ajudou em muito nossos agricultores familiares [...] e isso melhorou e é muito bom pra nós todos de Mocajuba [...] o melhoramento das mudas de Pimenta-do-reino desde 2001 é a prova que a gente tem melhorado em tecnologia [...] hoje a gente tem muda de qualidade [...] e o produtor de muda já sabe que o agricultor não que, mas coisa ruim [...] Ano passado [2003] mais de 60 filiados [do SINPRUM] conseguiram comprar maquinários, como roçadeira e de irrigação, foram os pequenos agricultores, que tiveram financiamentos do FNO e do PRONAF.

Essa narrativa demonstra aquilo que Veiga (2003) explica que não se trata, portanto, de defender somente a existência de um processo espontâneo e menos ainda baseado unicamente em conhecimentos seculares de agricultores sábios, transmitindo conhecimentos de pai para filho em comunidades rurais isoladas.

Tanto Veiga (2003), quanto Abramoway (2004) opinam que *a apologia de formas precárias de organização, eqüitativas na pobreza, soaria romântica se não levasse a resultados desastrosos*. Abramoway (2004, p. 34) insiste que:

[...] na produção familiar de milho, feijão e mandioca com base na tradição alimentar de nosso povo é ignorar, antes de qualquer coisa, as mudanças nos hábitos alimentares da população, e subestimar os impactos decorrentes do avanço realizado pela pesquisa agrícola. É muito provável que a tentativa de impor “filtros tecnológicos” tenha como primeira vítima à própria agricultura familiar.

Em Mocajuba, dos 11 AFE entrevistados, 10 gostariam de conseguir e implementar tecnologias nas suas roças, mesmo preservando seus valores e culturas e 01 não quis opinar. Pelo que observei, os AFE querem tecnologia no sentido de aprimorar suas culturas e aumentar sua inserção no mercado. Essa é tônica do *dever* da agricultura familiar no Brasil, tanto que o MA (2004, p. 04) acredita que:

[...] A preocupação legítima com a agricultura familiar tem custos e demanda investimentos públicos em pesquisa; em programas de capacitação em gestão da produção e de negócios; no apoio às formas de organização que melhor aproveitam suas vantagens em explorar novos mercados de produtos e serviços, agrícolas e não-agrícolas; e na provisão de recursos para formação de capacidade produtiva [...] Aí sim a experiência dos ex-agricultores familiares bem sucedidos que estão espalhados pelo Brasil poderá se multiplicar.

O MA (2004, p. 05) abaliza que historicamente, a agricultura é fundamental dentro atividade familiar brasileira. Portanto, é importante “*mediar o que o agricultor conquistou culturalmente com novas tecnologias sem agredir os seus valores e costumes*”.

Neste sentido, o MA (2004) distingue que a necessidade de redução de custos e de ganhos de escala induziu um processo de modernização que resultou em forte presença da agricultura empresarial ou patronal em muitas atividades. Com tal mediação, o MA (2004), acredita que a agricultura familiar continua e amplia o seu papel fundamental na economia nacional. No Brasil, a agricultura familiar reúne hoje, segundo a (FAO), cerca de 14 milhões de pessoas (60% do total da agricultura) e detém 75% dos estabelecimentos agrícolas do país, com 25% das terras cultivadas, sendo responsável por 35% de todo o volume de produção agrícola nacional (FAO, 2004). O MA (2004) conclui que a agricultura familiar tem grande capacidade de gerar empregos e distribuir renda, porque enquanto a agricultura empresarial emprega uma pessoa a cada 60 hectares, ela necessita de apenas 09 hectares para gerar o mesmo emprego. Em Mocajuba, segundo Gomes (2002) 01 hectare de Pimenta-do-reino emprega 02 pessoas

média/mês e também 01 hectare de culturas frutíferas (maracujá, coco, cupuaçu e cacau) emprega 02 pessoas média/mês.

A EMBRAPA (2003, p. 21-23-28-31-35-37) ao mesmo tempo em suas resoluções políticas sugere que a agricultura familiar não significa pobreza e aponta que é:

[...] uma forma de produção em que o núcleo de decisões, gerência, trabalho e capital é controlado pela família. Historicamente pode-se avaliar que é o sistema predominante no mundo inteiro [...] como avanços em muitos países de forma geométrica, o que faz pensar que a economia mundial depende, em sua grande face agrícola, do papel do agricultor familiar [...] A FAO aponta que esse crescimento tem ajuda atenuar, inclusive, a miséria galopante ainda existente no mundo [...] No Brasil, são cerca de 4,5 milhões de estabelecimentos (80% do número de estabelecimentos agrícolas), dos quais 50% no Nordeste [...] O segmento detém 20% das terras e responde por 30% da produção nacional [...] Em alguns produtos básicos da dieta do brasileiro - como o feijão, arroz, milho, hortaliças, mandioca e pequenos animais - chega a ser responsável por 60% da produção [...] este segmento tem um papel crucial na economia das pequenas cidades, pois, 4.928 municípios têm menos de 50 mil habitantes [...] Destes, mais de 4.000 mil têm menos de 20 mil habitantes [...] Esses agricultores e seus familiares são responsáveis por inúmeros empregos no comércio e nos serviços prestados nas pequenas cidades. [...] Em geral, são agricultores com baixo nível de escolaridade que diversificam os produtos cultivados para diluir custos, aumentar a renda e aproveitar as oportunidades de oferta ambiental e disponibilidade de mão-de-obra [...] Por ser diversificada, a agricultura familiar traz benefícios agro-sócio-econômicos e ambientais.

Um exemplo ambiental é do SAFs⁸ citado pelo MA (2004) e pela EMBRAPA (2005) como uma adequada e rentável maneira agrícola de otimizar recursos naturais e que pode criar perspectivas de curto, médio e longo prazo ao agricultor.

⁸ É uma forma de uso da terra na qual se combinam espécies arbóreas lenhosas (frutíferas e/ou madeiras) com cultivos agrícolas e/ou animais, de forma simultânea ou em seqüência temporal e que interagem econômica e ecologicamente. m aspecto que determina a sustentabilidade desses sistemas é a presença das árvores, que têm a capacidade de capturar nutrientes de camadas mais profundas do solo, reciclando-os eficientemente e proporcionando maior cobertura e conservação dos recursos naturais (EMBRAPA, 2005).

Em Mocajuba, via financiamentos do PRONAF e FNO⁹ cresceram nos últimos 04 anos, as linhas de crédito destinada aos agricultores familiares na prática da silvicultura e sistemas agroflorestais para fins de recuperação de áreas de preservação ambiental e incentivo ao reflorestamento com fins comerciais, visando à geração de emprego e o incremento da renda por meio do uso múltiplo da pequena propriedade rural familiar até 50 ha. O crescimento de projetos dos SAFs vem se afirmando a cada ano em Mocajuba, como observa-se no quadro abaixo:

QUADRO 06
PROJETOS DE SAFS EM MOCAJUBA: 2000/04

ANO	Projeto de SAFs	PRONAF	FNO
2000	04	00	04
2001	05	00	05
2002	18	10	08
2003	39	20	19
2004	67	40	27
Total	133	70	63

FONTE: BASA, 2005 / BANCO DO BRASIL, 2005.

O crescimento do FNO, entre renovação e antigos projetos agrícolas em Mocajuba, é também outro fator de aumento da agricultura mocajubense alcançando 4,2 milhões de reais em 04 (anos). A Pimenta-do-reino é cultura que detém 67% desses investimentos.

⁹ O Banco da Amazônia superou em 146,3% as suas metas de aplicações para a agricultura familiar no Pará em 2004 com recursos do FNO. A previsão era injetar R\$ 58,9 milhões, mas as alocações alcançaram R\$ 145,10 milhões. Só na linha do Pronaf A, que atende mini-agricultores assentados em área de reforma agrária, os créditos via FNO alcançaram R\$ 48,50 milhões, ultrapassando em 147,5% a meta de R\$ 19,60 milhões fixada para o ano passado. Considerados também os recursos do Orçamento Geral da União (OGU) operacionalizados no financiamento à atividade rural de base familiar, os créditos do banco no Pará em 2004 em favor desse segmento produtivo chegaram a R\$ 169,40 milhões, o que representa um crescimento de 48,2% comparativamente aos R\$ 114,27 milhões aplicados em 2003. No total, foram contratadas 34.557 operações em 2004, ou seja, 285,6% a mais do que no ano anterior. Como resultado, foram gerados ou mantidos pelo menos 138,2 mil postos de ocupação no campo. Nos nove Estados amazônicos, a agricultura familiar foi contemplada em 2004 com créditos do Banco da Amazônia no montante de R\$ 366,70 milhões, o que significa uma evolução de 59,17% relativamente às aplicações de R\$ 230,37 milhões feitas em 2003. O número de postos de ocupação criados ou conservados em 2004 só atividade rural de base familiar foi de pelo menos 257.200, em decorrência de 64.304 operações contratadas, quantidade que suplantou em 237,25% os 19.067 contratos registrados em 2003. Para esse incremento, contribuiu significativamente a linha de microcrédito rural que passou a ser adotada pelo banco no ano passado com recursos do OGU dentro do Pronaf B, com financiamentos de no máximo de R\$ 01 mil (BASA, 2005; GOVERNO FEDERAL; 2005; DIEESE; 2005; GOVERNO DO PARÁ; 2005).

QUADRO 07
INVESTIMENTOS DO FNO EM MOCAJUBA

ANO	Tamanho (ha) (com renovação)	Quantidade de Projeto (com renovação)
2000	1.404.00	1.069
2001	1.604.00	1.234
2002	1.689.00	1.890
2003	1.567.00	1.973
2004	1.534.00	2.124

FONTE: BASA, 2005/ SINPRUM, 2005.

Duas narrativas de 02 AFE, respectivamente da Escola 02 (D) e 04 (H), demonstram que há desde 2002 uma visão mais dialógica entre os agricultores familiares e o BASA:

[...] eu não sei, mas acho que se gente não lutasse, eles [BASA] iam ser como antigamente [...] hoje eu posso lhe garantir que o FNO é muito melhor [...] é melhor e mais rápido e assim eu tenho condições de pagar [...] antigamente o custeio não era discutido como é hoje [...] Eu tenho pago certinho todas minhas parcelas e até consegui um financiamento dos projetos pimenta com cacau e agora eu vou colocar também cupuaçu.

A segunda narrativa:

Sim melhorou. A nossa relação melhorou porque o BASA viu, eu acho, que ele dependia da gente e a gente ia lutar mesmo pra melhorar o FNO, porque do jeito que estava ninguém agüentava [...] eu renovei o meu financiamento de 2001 pra 02 mil pés de Pimenta-do-reino porque as condições de pagamento foram outras [...] além do custeio que tenho recebido todo ano, eu fiz um novo projeto que foi o Nim no consócio da pimenta do reino.

Nesses relatos observa-se aquilo que a EMBRAPA (2003, p. 34) suscita que a melhoria da renda dos agricultores familiares, por meio de maior inserção crédito no mercado, tem impacto extraordinário no interior do país e, por conseqüência, nas grandes metrópoles porque:

[...] pode possibilitar um incremento na renda no país e é necessário que agricultores que trabalham sob regime familiar tenham acesso a mais crédito e tecnologia. E precisam modernizar seus sistemas gerenciais e organizativos, verticalizar a produção, descobrir nichos de mercado e desenvolver atividades não-agrícolas, para complementação de renda. Por isso, a preocupação da pesquisa em apresentar alternativas tecnológicas,

gerenciais e organizativas, que possam ser utilizadas pelos diferentes estratos da agricultura familiar, nas diversas regiões do país. Entre os benefícios, está a inserção da produção das famílias em mercados de importantes centros consumidores, garantindo sua viabilidade econômica e social. Para se ter uma idéia, a Embrapa trabalha com 31 tipos de produtos direcionados a esse segmento, além de ter ações voltadas para a comunidade indígena: atualmente dez tribos são contempladas com atividades da Empresa.

Mesmo com esses avanços no reconhecimento do Governo Federal do Brasil sobre o papel da agricultura familiar, o MST (2004, p. 09) profere que a própria agricultura familiar no Brasil é abandonada pelas autoridades mesmo diante de sua pujança econômica:

[...] Neste contexto, a agricultura familiar, que de forma errônea é encarada como um setor atrasado e de baixa produtividade, tanto por empresários como por tecnocratas dos governos, e que, portanto, estaria à margem dos processos do agronegócio, tem tido um desempenho cada vez mais importante na produção e na geração de renda no setor rural, desempenhando um papel fundamental na auto-sustentação do País em termos de produção de alimentos. Segundo levantamento do IBGE/FAO, a agricultura familiar no Brasil conta hoje com 24,5 milhões de trabalhadores(as) familiares, ocupando 21% do total da área agricultável do País, produzem 40% do PIB agrícola brasileiro, mantêm 82% dos postos de trabalho no campo, produzindo 51% dos alimentos consumidos no País (87% da mandioca; 69% do milho; 66% do algodão; 46% da soja; 70% do leite; 37% do arroz; 86% do feijão; 26% do rebanho bovino). Entretanto, o que se tem observado nos últimos anos é um certo privilegiamento, em termos de alocação de recursos de investimento para as "empresas" rurais, em detrimento dos recursos destinados à agricultura familiar, que compõe a maioria da força de trabalho no setor. No Plano Safra 2004, onde se previu recursos do orçamento do Governo Federal para o setor agrícola, do total de 32,6 milhões, o Ministério da Agricultura e Pecuária ficou com 27,2 milhões destinados a agroindústria, e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, que opera o PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar -, com suas linhas de crédito, custeio e investimento para a agricultura familiar, ficou com 5,4 milhões.

Acontece que o MST, segundo Abramoway (2003), não observa que desde os tempos coloniais, a temática relativa à *questão agrária* tem se mantido como um

dos pontos principais da discussão sobre os rumos do processo de desenvolvimento de nosso país, mesmo assim ocorreram avanços significativos.

Abramoway (2003) alerta que até a década de 80 do século passado, o setor nunca havia tido políticas públicas específicas, como foi cronologicamente o PROVAP (Programa de Valorização da Pequena Produção Rural) em 1994 no governo Itamar Franco, posteriormente reformulado com a criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) em 1996 no Governo Fernando Henrique Cardoso. Abramoway (2003) reconhece que o PRONAF teve algumas limitações práticas tais como:

- a) Descompasso temporal na liberação dos recursos;
- b) Problemas na operação com os agentes financeiros;
- c) Cortes orçamentários;
- d) Concentração dos recursos na fonte representada pelo FAT;
- e) Operação demasiadamente burocrática dos órgãos públicos dificultando a legitimação do processo junto à sociedade civil.

Assim sendo, com maior incremento do PRONAF e o FNO, em Mocajuba, a ótica da multifuncionalidade da agricultura familiar provém do reconhecimento do papel da agricultura e de suas relações com os diversos setores da sociedade. O conceito de multifuncionalidade da agricultura familiar, segundo Queiroz (2002) consiste em reconhecer que o seu papel não se restringe à produção de matéria-prima e alimentos, à liberação de mão-de-obra para as atividades urbanas, à geração de divisas e à transferência de capital para os outros setores da economia, mas também destacar outras de suas funcionalidades, tais como a social, a ambiental, a patrimonial, a estética e a recreativa/pedagógica. É por isso que o SINPRUM (2004), diante de tais investimentos de crédito e tecnologia, discute esse percurso porque em função dessas outras funcionalidades, as atividades produtivas tradicionais do meio rural da agricultura familiar - agrícola, pecuária e florestal - passam a ter um novo papel na sociedade. Esta visão multifuncional representa uma nova forma de se analisar a agricultura familiar mocajubense, mudando-se o foco de crescimento econômico para um de

desenvolvimento sustentável, o qual levam em conta tanto os fatores econômicos como os sociais, ambientais e, principalmente, culturais.

Nos últimos 02 anos, tanto os projetos encaminhados ao FNO e o PRONAF em Mocajuba já nasceram com essa preocupação, segundo o presidente do SINPRUM:

[...] Hoje a agricultura familiar de Mocajuba é voltada mesmo para agricultura familiar [...] isso mudou o jeito dos créditos do FNO e do PRONAF porque a gente sabe que isso é melhor e vai ajudar também a melhorar a forma de plantar [...] o agricultor já sabe que ele tem que variar de cultura, não pode ser mais só a Pimenta-do-reino e isso ele faz com que uma roça que hoje tem um feijão, um milho, um arroz, uma mandioca, mas também tem essenciais florestais, como Mogno, Nim, Teca, Cedro, tem, também, o Coco, o Cacau, o Açaí, a Banana, o Cupuaçu [...] antigamente ele só plantava a mandioca e a Pimenta-do-reino [...] hoje o agricultor sabe também que ele tem que ter um pomar de frutas pra variar sua renda [...] a gente tem feito isso aqui no sindicato [SINPRUM] [...] é orientar os agricultores a variar sempre em outras culturas porque é bem melhor no aumento da renda e na melhora do meio ambiente porque do jeito que está hoje a Pimenta-do-reino faz um estrago não só na vida do agricultor como na vida do solo e da também da vida de Mocajuba [...] com essas culturas, o agricultor pode ter outras rendas e diversificar sua produção.

Essa narrativa do sindicalista representa que comparativamente com a análise da realidade apresentada da agricultura familiar brasileira, pode-se dizer que a aplicação da noção da multifuncionalidade da agricultura familiar mocajubense como instrumento auxiliar de formulação de políticas públicas cria novos laços entre agricultores, consumidores, demais atores sociais e os poderes públicos, criando assim uma nova forma de construção do capital social de um território.

A partir daí, observa-se à defesa da idéia de que também a formulação de políticas públicas para o meio rural brasileiro, principalmente para a agricultura familiar mocajubense pode se valer da noção de pluriatividade, em especial porque a noção de emprego rural não se restringe às atividades agrícolas, pois o novo mundo rural ou as novas visões sobre a ruralidade abrangem estas novas dimensões da vida no meio rural. Deste modo, para EMBRAPA (2004), BASA (2004) e o SINPRUM, o conceito multifuncional da agricultura familiar pode ser de

grande valia para a construção de políticas públicas desenvolvimentistas para o Brasil e respeitar os fatores sociais, ambientais e culturais dos agricultores familiares. Portanto, este capítulo torna-se uma interligação com o posterior, porque ao analisar o papel da perspectiva da agricultura mocajubense exigiu esquadrihar, ainda que resumidamente, a posição ocupada pelos AFE, tanto no contexto brasileiro quanto e, principalmente, na realidade estudada, tendo em vista que os agricultores familiares com os quais estudei são originários desse tipo de estrutura camponesa. Destaco ainda neste capítulo que a relação aos AFE, ressalto que a agricultura familiar apresenta especificidades que variam conforme a região, a cultura, condições físicas e climáticas, entre outras, bem como o desenvolvimento do processo de modernização ocorrido em cada espaço regional, além do peso das forças organizativas e políticas desta ou daquela realidade em Mocajuba, a agricultura como afirma Gomes (2002, p. 18-19) “*é mola propulsora desse município e faz com que outras áreas sejam direta e indiretamente engajadas*”.

Como a agricultura é mola propulsora de Mocajuba, a idéia capítulo posterior é anteceder algumas observações e estudos para que eu possa desembocar no capítulo 04 com maior desenvoltura e interligação entre teoria e empiria. Assim eu parto, como necessidade teórica, trazendo uma análise sobre o universo do rural, dentro de suas circunscrições e limitações, tudo ladeado por temas, categorias e conceitos que subsidiaram historicamente aspectos antecedentes da educação rural no Brasil, Pará e Mocajuba.